

EDITAL Nº36 /2020

ISALTINO AFONSO MORAIS, LICENCIADO EM DIREITO, PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

FAZ PÚBLICO que esta Câmara Municipal, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de janeiro de 2020, aprovou por maioria, nos termos do artigo 33.º, n.º1, alínea e) da lei N.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 21.º da Lei N.º 73/2013, de 3 de setembro, ambas na sua redação atual, a deliberação N.º10/2020, proposta pela Direção Municipal de Administração Geral, relativa à **Manutenção do Tarifário aplicável à atividade de gestão dos resíduos urbanos em 2020**, após emissão do parecer da entidade reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Faz igualmente público, a necessidade de publicitar a estrutura do “**Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos**” para o município de Oeiras, para o ano de 2020, respetivas tarifas de disponibilidade e variável, respetivo tarifário social, bem como o tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos – aplicável aos serviços auxiliares, repercussão da taxa de gestão de resíduos (TGR) e anexos¹ à deliberação supramencionada (anexo 2), conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nomeadamente, através de Edital.

Mais se faz público que o presente Edital produzirá efeitos a partir do dia 01 de Janeiro de 2020.

E para constar se publica o presente Edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, e para os efeitos previstos no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Oeiras, 23 de janeiro de 2020

O Presidente



Isaltino Moraes

Anexo 1: Deliberação n.º 10/2020, aprovada a 22 de janeiro de 2020

Anexo 2: Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 28 de novembro de 2019, sua referência: O-008705/2019, relativo ao parecer sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2020 do município de Oeiras.

EDITAL Nº36 /2020

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2020
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2020		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3618 €	Conforme disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 62.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3618 €	Isenção da tarifa disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Não Doméstico	0,0952 €	0,3618 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Conforme Formação de Tarifário para 2020 objeto de Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 28 de novembro de 2019 sua referência: O-008705/2019)			

Nota:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar em 2020 é de 0,0420 €. A TGR é, no âmbito da faturação da água isenta de IVA, por analogia às Tarifas aplicáveis ao referido serviço.

EDITAL Nº36 /2020



Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2020

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores sem IVA 1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO) - Isenção do pagamento** sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

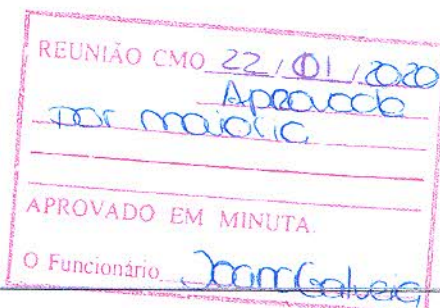
Nos termos previstos na alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 a aplicação da TGR (€/tonelada) prevista para 2020 no n.º 2 do artigo 58.º na redação dada pela Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, ou seja, 11,0 € / tonelada de resíduos indiferenciados recolhida e entregue para Destino Final à Entidade Gestora em Alta (Tratolixo). A TGR deve ser acrescida de IVA à taxa reduzida em vigor (6%).

Em conformidade com a alínea tt) do artigo 6.º do referido Regulamento os Serviços Auxiliares são "(...)serviços prestados pelo Município, de carácter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica".

Os Serviços Auxiliares, prestados e faturados pela entidade, respeitam, no essencial, à recolha e transporte de resíduos volumosos e verdes, em qualquer dos casos, quando as quantidades a recolher ultrapassem os 1100 litros. Encontram-se previstos respetivamente, no n.º 3 do artigo 32.º e no n.º 3 do artigo 33.º do Regulamento de Serviço.



ANEXO 1



Proposta de Deliberação N.º 10/2020

Serviço: DMAG/DFP/DPOC

Assunto: Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos 2020 – Proposta
EDOC N.º INT-CMO/2019/20934

Descrição da Ação:

Código do PDE:

Classificação da Despesa: _____
Responsável Económica Projeto Ano/N.º.

I - Introdução

O presente Tarifário, a aplicar à atividade de Gestão de Resíduos Urbanos na área geográfica do Concelho de Oeiras, vem dar cumprimento ao preceituado na legislação em vigor, designadamente, em matéria do regime jurídico das autarquias locais e do regime de financiamento previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, respetivamente.

Simultaneamente resulta da aplicação dos requisitos legais aprovados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (adiante designado por RTSGRU), a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da aludida entidade, publicada a 15 de abril de 2014 no Diário da República n.º 74, 2.ª Série, na sua redação atual, e em conformidade com o disposto no Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado a 20 de março de 2017 no Diário da República (2.ª Série – N.º 56), doravante designado por Regulamento de Serviço.

Pelo 6.º ano consecutivo, desde a publicação do RTSGRU, a estrutura tarifária, ora proposta para 2020, respeita o disposto na referida deliberação, entretanto vertida para o Regulamento de Serviço, tendo-se

dado cumprimento aos requisitos legais requeridos em matéria de submissão à avaliação da Entidade Reguladora, a qual referiu no respetivo Parecer que *"(...)o tarifário cumprir a estrutura definida no Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR), (...)"*.

Por fim, importa referir que os proveitos provenientes da aplicação do tarifário ora proposto destinam-se a financiar a atividade de gestão de resíduos urbanos, designadamente, os custos com a recolha, transporte, tratamento e destino e reportam-se à componente faturada pelos SIMAS no âmbito da faturação dos serviços de água (AA - abastecimento de água e AR – Águas residuais ou Saneamento) e, bem assim, embora com menor expressão, dos Serviços Auxiliares prestados pela autarquia, entendidos, no Regulamento de Serviço, como sendo *"os serviços prestados pela entidade gestora, de caráter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica."*

Também a repercussão da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) suportada deve ser repercutida nos utilizadores finais, nos termos legalmente estabelecidos, respetivamente:

1. Faturação dos SIMAS / Serviços de Água - 0,0420 € / m³ de água consumida, em acréscimo às Tarifas do serviço (Fixa ou de Disponibilidade e Variável);
2. Faturação do Município de Oeiras / Serviços Auxiliares (SA) – 11,0 € / tonelada de resíduos urbanos indiferenciados.

II – Análise

Conforme tem sido prática, o Tarifário do Serviço de Gestão dos RU, para 2020, contempla as Tarifas a aplicar aos Utilizadores Domésticos e Não Domésticos em sede da faturação emitida pelos SIMAS, bem como as Tarifas aplicadas aos Serviços Auxiliares faturados pela autarquia.

Ambos os tarifários verteram as normas previstas no Regulamento de Serviço em matéria de estrutura tarifária, sendo de referir que, não obstante os trabalhos de projeção de custos e proveitos efetuados no âmbito da Formação de Tarifário, submetida a 14 de outubro último, diferirem, naturalmente, dos apurados para efeito de anos anteriores, as estruturas tarifárias propostas mantêm inalteráveis os valores a aplicar.



tendo apenas sido alterada o valor da TGR para 2020 o qual passa a ser de 0,0420 €/ m³ (em oposição aos 0,0319 €/m³ aprovados para 2019).

Para efeito da definição do tarifário faturado pelos SIMAS foi utilizado como referência o ficheiro relativo à Formação do Tarifário para 2020, elaborado pela ERSAR, o qual, sendo de utilização obrigatória, foi refletido no documento de apoio à semelhança das estruturas dos utilizadores e dos consumos de água facultadas pelos SIMAS para as diferentes tipologias de utilizadores, incluindo os inerentes aos Tarifários Sociais por grupo de utilizadores, naturalmente deduzidos dos indicadores previstos para os Grandes Produtores, a partir das quais foram efetuadas as projeções do n.º de contadores/utilizadores e do n.º de m³ de água consumida para o ano em apreço.

Não obstante a análise dos indicadores por parte da entidade reguladora, em sede do respetivo Parecer, o Tarifário proposto para 2020 corresponde, na componente faturada pelos SIMAS, às tarifas em vigor em 2019, resultando na assunção de uma subsidiação da CMO que ultrapassa os 2 milhões de euros (informação projetada: custos = 12.350.708,46 €; proveitos totais = 10.306.901,90 €), mesmo incluindo o financiamento dos Tarifários Sociais (302.520,33 €).

Acresce referir que, mantendo-se a impossibilidade de medir ou pesar os resíduos urbanos recolhidos em território municipal, o Tarifário para 2020, tal como o atualmente em vigor, não contempla o Tarifário aplicável às Famílias Numerosas, na medida em que a Tarifa Variável é, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento de Serviço, calculada por indexação ao consumo da água, ou seja, em euros por m³ de água consumida.

Finalmente, **a propósito do Parecer emitido pela ERSAR, considera-se atinente relevar, respetivamente:**

1. **Com avaliação Insatisfatória / Sustentabilidade e eficiência:**
 - a. **Cobertura dos Gastos** = 83%;
 - b. **Custos Unitários de Exploração** (144,55 € / tonelada).
2. **Com avaliação Boa:**

- a. **Conformidade da Estrutura Tarifária:**
 - i. **Tarifas RU faturadas** pelos SIMAS a todos os utilizadores (Disponibilidade e Variável);
 - ii. **Tarifas** aplicadas aos **Serviços Auxiliares**.
 - b. **Conformidade - Outros aspetos:**
 - i. **Repercussão** de taxas ambientais (TRH – AA e AR; TGR – RU);
 - ii. **Financiamento do Tarifário Social**.
 - c. **Encargos Tarifários:**
 - i. **Acessibilidade económica** = 0,15%;
 - ii. **Encargos anuais consumo 10 m³ = 76,96 €**.
 - d. **Indicadores AQS** (Avaliação da Qualidade do Serviço) **2018 / Acessibilidade do Serviço - RU01b (%) = 99%**.
3. **Com avaliação Mediana / Indicadores AQS** (Avaliação da Qualidade do Serviço) **2018 /Renovação do parque de viaturas – RU011b (Kms/viatura) = 261.775**

III - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar

1. Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, Capítulo V, artigo 62.º.
2. Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, n.º 1, n.º 2 e n.º 7, todos do artigo 21.º.
3. Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º.
4. Lei n.º 10/2014, de 6 de março, alíneas b) e c) do número 3 do artigo 5.º.
5. Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR¹, na sua redação atual.
6. Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, artigo 16.º (Alteração ao decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro).
7. Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série – n.º 56 – 20 de março de 2017, com Declaração de Retificação n.º 463/2017².

¹ Alterada pela ERSAR, no âmbito do Regulamento N.º 52/2018, publicado em Diário da República, 2.ª Série – N.º 56, de 23 de janeiro.



8. Regulamento n.º 446/2018 da ERSAR, publicado no Diário da República 2.ª Série – N.º 140 de 23 de julho.

IV - Proposta

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. **Aprove**, por aplicação da legislação em vigor, nomeadamente a atrás referida, **a proposta de Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos** (Anexos I e II) **a que se refere a informação em anexo** (Anexo III / n.º 20934/2019, da DPOC), a qual se consubstancia na manutenção das Tarifas vigentes, em 2019, na faturação dos serviços de águas (Tarifa de Disponibilidade ou Fixa e Tarifa Variável) da responsabilidade dos SIMAS, e das tarifas aplicadas pelo Município de Oeiras aos Serviços Auxiliares por ele prestados e faturados.
O referido tarifário foi submetido à ERSAR, a 14 de outubro de 2019, e objeto de Parecer, conforme comunicação desta entidade que junto se anexa (Anexo 2 / sua Referência: O-008705/2019, de 28 de novembro de 2019);
2. **Aprove a estrutura tarifária submetida no âmbito da Formação do Tarifário para 2020, nos moldes ora propostos;**
3. **Aprove, em acréscimo às Tarifas aplicáveis à atividade de gestão de resíduos urbanos**, cobradas pelos SIMAS, no âmbito da faturação dos serviços de água, e pelo Município de Oeiras, no âmbito dos Serviços Auxiliares (quando aplicável), **a TGR no valor de 0,0420 € / m³ e 11,0 € / tonelada de resíduos urbanos indiferenciados recolhidos**, respetivamente, dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º- da Deliberação N.º 928/2014, publicada na 2.ª Série do Diário da República, de 15 de abril de 2014, que aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos, na sua redação atual, e demais legislação em vigor;
4. Após aprovação, **se proceda à publicitação da estrutura do “Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos” para o Município de Oeiras, para o ano 2020**, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

² Publicada em Diário da República, 2.ª Série – N.º 135, de 14 de julho de 2017.

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2020
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2020		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Conforme disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 62.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017
Não Doméstico	0,3256 €	0,9023 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa de disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, conforme a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 66.º do referido Regulamento do Serviço
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme a alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 66.º do referido Regulamento do Serviço
Conforme Formação de Tarifário para 2020 objeto de Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 28 de novembro de 2019 sua referência: O-008705/2019)			

Nota:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.ª Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez;

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar em 2020 é de 0,0420 €. A TGR é, no âmbito da faturação da água isenta de IVA, por analogia às Tarifas aplicáveis ao referido serviço.



Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2020

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores sem IVA 1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			<i>Componente Variável</i>		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			<i>Componente Variável</i>		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) Componente Fixa (RO) - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) Componente Fixa (RHE) - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 a aplicação da TGR (€/tonelada) prevista para 2020 no n.º 2 do artigo 58.º na redação dada pela Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, ou seja, 11,0 € / tonelada de resíduos indiferenciados recolhida e entregue para Destino Final à Entidade Gestora em Alta (Tratolixo). A TGR deve ser acrescida de IVA à taxa reduzida em vigor (6%).

Em conformidade com a alínea tt) do artigo 6.º do referido Regulamento os Serviços Auxiliares são "(...) serviços prestados pelo Município, de carácter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica".

Os Serviços Auxiliares, prestados e faturados pela entidade, respeitam, na essencial, à recolha e transporte de resíduos volumosos e verdes, em qualquer dos casos, quando as quantidades a recolher ultrapassarem os 1100 litros. Encontram-se previstos respetivamente, no n.º 3 do artigo 32.º e no n.º 3 do artigo 33.º do Regulamento de Serviço.

V – Anexos

Anexo I: Informação do DMAG\DFP\DPOC n.º 20934/2019, de 3 de dezembro.

Anexo II: Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 28 de novembro de 2019, sua referência: O-008705/2019, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2020 do Município de Oeiras.

O Presidente

Isaltino Morais

Oeiras, 06 de janeiro de 2020

FR=DMAG/DFP-DPOC

Mod. G-31/4

INFORMAÇÃO N.º INT-CMO/2019/20934

Assunto: Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos 2020 – Proposta

I. Enquadramento:

1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina, na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, que compete à Câmara Municipal *fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras.*
2. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece, no seu artigo 21.º, os requisitos legais subjacentes aos preços a fixar e a praticar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta, não devendo esses ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.
3. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que *os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com as normas do regulamento tarifário em vigor.*
4. A lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, doravante designada por ERSAR, que estipulam, no seu artigo 5.º, as atribuições desta entidade em matéria de regulação comportamental económica, de entre as quais se destacam as seguintes, integrantes, respetivamente, nas alíneas b) e c) do número 3:
 - a. *Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;*
 - b. *Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;*
5. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR¹, estabelece, nos termos do seu artigo 1.º, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.
6. O Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série – n.º 56 – 20 de março de 2017, doravante designado por Regulamento de Serviço (objeto da Declaração de Retificação n.º 463/2017²), e respetivo Relatório de Fundamentação Económica e Financeira, componente relativa à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços (Capítulo V) e o Anexo II – Estruturas Tarifárias (Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada - Serviços Auxiliares).

¹ Alterada pela ERSAR, no âmbito do Regulamento N.º 52/2018, publicado em Diário da República, 2.ª Série – N.º 56, de 23 de janeiro.

² Publicada em Diário da República, 2.ª Série – N.º 135, de 14 de julho de 2017.

7. O regulamento referido no ponto anterior foi elaborado em resposta ao disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, designadamente, o constante no Capítulo V, relativo à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços.
8. A proposta do Modelo de Tarifário para 2020, cuja fundamentação técnica se apresenta na presente informação, foi elaborada por aplicação do Regulamento de Serviço.
9. A Formação do Tarifário em apreço foi submetida a Parecer da Entidade Reguladora, o qual, sendo prévio à aprovação pelo Órgão Executivo, constitui em conjunto com a presente informação um elemento de apoio à deliberação dando cumprimento ao previsto no artigo 21.º, n.º 7, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
10. Por aplicação do teor da estrutura tarifária prevista no Regulamento de Serviço, nomeadamente, a parte do artigo 65.º, que define as regras de cálculo da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos, a metodologia utilizável ao cálculo da tarifa variável no Município de Oeiras é a referida no n.º 1, ou seja, a Tarifa Variável dos RU é indexada ao consumo da água por não existir medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos (euros/m³ de água consumida).
11. A estrutura tarifária aplicável é a prevista no n.º 1 do artigo 63.º do referido regulamento e consubstancia-se pela aplicação de tarifas distintas de disponibilidade (componente fixa) e variável aos serviços de resíduos consoante se trate de utilizadores domésticos ou não domésticos (faturação dos SIMAS), pela aplicação das tarifas dos serviços auxiliares prestados pelo Município de Oeiras e pela repercussão do encargo suportado com a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), nos termos da legislação aplicável.
12. Os tarifários sociais aplicáveis encontram-se previstos no artigo 66.º do Regulamento de Serviço, respetivamente:
 - a. Alínea a) do n.º 1) e n.º 2 - utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social, através da isenção das tarifas de disponibilidade;
 - b. Alínea b) do n.º 1 e n.º 3 - utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação das tarifas (de disponibilidade e variável) aplicáveis aos utilizadores domésticos.
13. Para efeitos da alínea a) do ponto 11, considera-se, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º, carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:
 - a. Complemento Solidário para Idosos;
 - b. Rendimento Social de Inserção;
 - c. Subsídio Social de Desemprego;
 - d. 1.º Escalão do Abono de Família;
 - e. Pensão Social de Invalidez.
14. Nos termos do artigo 93.º, *relativo ao regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta dispõem de um prazo de três anos, contados a partir da definição e comunicação por parte da ERSAR dos clusters referidos nos números 7 e 8 do artigo 26.º, para assegurar a definição dos proveitos permitidos totais e das tarifas nos termos previstos no Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro, da ERSAR, relativo à Revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos*. De referir que os Clusters ainda não foram objeto de definição e publicação pela ERSAR.



15. A Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, relativa, designadamente, ao enquadramento e aplicação da TGR e o valor a aplicar em 2020 para efeito da projeção dos custos e proveitos da atividade em apreço (11,0 € / tonelada).
16. O Regulamento n.º 446/2018 da ERSAR, publicado no Diário da República 2.ª Série – N.º 140 de 23 de julho, o qual, nos termos do n.º 1 do seu artigo 1.º *“(…) tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação, no exercício das atribuições e competências conferidas por lei, respetivamente, à entidade reguladora e seus órgãos (...)”*.

II. Metodologia:

Conforme tem sido prática na Formação de Tarifários de anos anteriores (desde o de 2015) e dando cumprimento às Instruções que constam do ficheiro da ERSAR para importação da Formação do Tarifário para 2020, a efetuar no Portal, procedeu-se ao preenchimento das várias folhas de trabalho tendo por base a informação previamente recolhida, tratada e sistematizada no ficheiro de suporte, o qual respeitou, também, os princípios inerentes aos reportes de contas anteriores e, naturalmente, de anteriores submissões tarifárias.

Custos

Nesta matéria, releva-se, desde logo, que **a projeção efetuada para os Custos Indiretos e Custos Comuns da atividade de gestão de resíduos urbanos (RU) de 2020 foi efetuada a partir da média aritmética simples do Reporte de Contas de 2018**, último reporte apresentado e validado pela ERSAR (30 de setembro de 2019), e da previsão de fecho de exercício para 2019. Por seu turno, a previsão de fecho foi efetuada a partir da média aritmética simples dos Reportes de Contas de 2017 e 2018.

Releva-se, igualmente, que **a previsão de fecho de exercício para 2019 e a projeção para 2020 dos Custos Indiretos³ e dos Custos Comuns⁴ teve em consideração os respetivos indicadores apurados em 2016 e objeto de Relatório no âmbito do Processo de Prestação de Contas (Volume III), devido à indisponibilidade da Contabilidade de Custos na aplicação de contabilidade em produção no Município de Oeiras, entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018 (Flylight), à qual acresceu os constrangimentos decorrentes da transição da informação contabilística e financeira entre os aplicativos informáticos (do Flylight para o ERP da AIRC), os quais contribuíram, também, para que, em 2019, não houvesse lugar à Contabilidade de Custos, conforme decisão superior⁵, cuja comunicação aponta não apenas para a não recuperação dessa ferramenta mas também para a adoção de um novo modelo para 2020.**

³ *Custos Indiretos* – Custos que refletem a utilização de recursos com a prestação de dois ou mais serviços objeto de análise ou outras atividades levadas a cabo pela entidade em questão. Na medida em que apenas são indiretamente atribuíveis a um dado serviço, existem diferentes metodologias possíveis para a sua imputação.

⁴ *Custos Comuns* – Custos cuja ocorrência se poderá justificar pela atividade a nível global da entidade gestora, isto é, são custos que continuariam a ser incorridos se um certo serviço fosse abandonado e que também seriam incorridos se esse fosse o único serviço da entidade gestora. A percentagem de custos comuns atribuída depende da metodologia de reconhecimento utilizada.

⁵ Mail Circular da Chefe de Divisão da DPOC (Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo) de 18 de setembro de 2019. De referir que, este mail foi despoletado após os remetidos, a propósito dos trabalhos de recuperação da Contabilidade de Custos, pela Diretora do Departamento Financeiro e pela técnica da DPOC a 28 de junho de 2019 e a 9 de agosto de 2019, respetivamente.

Para efeito dos **Custos Diretos**⁶ foi tido em atenção um pressuposto similar para a generalidade das rubricas, exceção feita, para as rubricas que a seguir se apresentam, cujos quadros sistematizam a informação correspondente para os anos 2019 (previsão de fecho de exercício) e 2020 (projeção / estimativa):

1. Tratolixo / TGR – Taxa de Gestão de Resíduos

A título de fundamentação considera-se atinente referir o seguinte:

- a. Nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro⁷, “As entidades responsáveis por sistemas de gestão de fluxos específicos de resíduos, individuais ou integrados, de sistemas de gestão de resíduos urbanos multimunicipais ou intermunicipais, de instalações de incineração e deposição de resíduos, estão obrigadas ao pagamento de uma taxa de gestão de resíduos visando compensar os custos administrativos de acompanhamento das respetivas atividades, incentivar a redução da produção de resíduos, estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos e melhorar o desempenho do sector.”
- b. O n.º 2 do mesmo diploma estabelece que a “A taxa de gestão de resíduos deve ser objeto de aumento gradual de acordo com os princípios gerais previstos no presente decreto-lei e nos instrumentos de planeamento em vigor, devendo assumir, entre 2015 e 2020, os seguintes valores:

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Valor da TGR (€/t de resíduos)	5,5	6,6	7,7	8,8	9,9	11,0

- c. Nessa perspetiva, numa primeira análise, o Quadro I sistematiza a execução do período de janeiro a agosto (exceto fatura de maio de 2019) e a previsão de setembro a dezembro, para 2019, relativamente ao n.º de toneladas objeto de faturação e os correspondentes montantes apurados no âmbito da TGR (TGR_C – TGR Células de Confinamento Técnico, parte integrante da faturação do serviço e TGR_O – Incineração, faturada separadamente) e aos serviços prestados (base de incidência).

Quadro I - Previsão de fecho de Exercício 2019 da TGR

	N.º de Toneladas			Valor		
	Execução (Jan. - Ago.)	Previsão (Set. - Dez.)	Total	Execução (Jan. - Ago.)	Previsão (Set. - Dez.)	Total
TGR_C	26.714,78	13.357,39	40.072,17	280.344,90 €	140.172,45 €	420.517,35 €
TGR_O	11.469,52	8.192,51	19.662,03	30.151,10 €	21.536,50 €	51.687,61 €
TGR	38.184,30	21.549,90	59.734,20	310.496,01 €	161.708,95 €	472.204,96 €
Base (TGR_C e TGR_O)						
Out. resíduos urbanos e equipados, inc. mistura resíduos - Oeiras	39.617,48	19.808,74	59.426,22	1.987.181,08 €	993.590,54 €	2.980.771,62 €
Resíduos de Limpeza de Ruas - Oeiras	2.017,92	1.008,96	3.026,88	101.217,25 €	50.608,63 €	151.825,88 €
Serviços Base TGR	41.635,40	20.817,70	62.453,10	2.088.398,34 €	1.044.199,17 €	3.132.597,50 €

Previsão 2019
Nível similar à média da execução de 8 meses (jan. - ago.) aplicada aos restantes 4 meses (exceto TGR_O, que apresenta em falta a fatura de maio de 2019)

A manter-se um nível similar ao registado nos primeiros 8 meses perspectiva-se para o final do corrente exercício económico uma redução da ordem dos 2 pontos percentuais do custo faturado face ao inicialmente previstos⁸ (cerca de 9 mil euros).

⁶ Custos Diretos – Custos diretamente atribuíveis a um determinado serviço objeto de análise, apresentando uma relação direta e inequívoca com a sua prestação.

⁷ Na redação dada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.

⁸ Documento de suporte à elaboração das GOP e Orçamento para 2020, versão rececionada a 10 de outubro de 2019.



- d. Simultaneamente, a mesma fonte, desta feita em termos de indicadores quantitativos, também utilizada para a fundamentação económica e financeira da presente proposta de Tarifário prevê, em 2019, para a Câmara Municipal de Oeiras uma TGR, por aplicação da previsão 2019 no documento de trabalho das GOP 2020 (versão 10 de outubro de 2019) da ordem dos 482.042,76 €. A sistematização mais fina da execução deste agregado entre janeiro e agosto de 2019 (mês de maio sem faturação da TGR relativa a resíduos urbanos para incineração), resulta na necessidade de expurgar uma parte desse valor por ser aplicável à entrega de resíduos urbanos para destino final provenientes da limpeza urbana e das recolhas efetuadas a Grandes Produtores, em qualquer dos casos com correspondência a indiferenciados ou equiparados, por não se enquadrarem na componente regulada a que se reporta o tarifário em apreço.
- e. Nessa medida, os Quadros II e III apresentam o exercício realizado para 2019 e 2020, a partir da aplicação da estrutura percentual das diferentes atividades (regulada - AR⁹ e não regulada - ANR¹⁰) aos correspondentes valores previstos. Note-se que, no total respeito pelo princípio instituído no ficheiro de reporte da ERSAR, o custo expectável para 2020 (sem IVA) em matéria de TGR é coincidente com os proveitos correspondentes.

Quadro II - Apuramento dos proveitos AR - TGR
Previsão de Fecho 2019

Atividades	Base* N.º Toneladas	Estrutura %	Valor TGR
AR	53.766,74	90%	433.886,56 €
ANR-GP	3.108,91	5%	25.088,24 €
ANR-LU	2.858,56	5%	23.067,96 €
Total	59.734,20	100%	482.042,76 €

Nota:

* Utilizou-se como base de distribuição da previsão de fecho de exercício 2019 do custo suportado com a TGR o n.º de toneladas executadas em 2019 (faturação de janeiro a agosto 2019, exceto o mês de maio da TGR - Incineração / Aterro, não rececionada à data da submissão do Tarifário 2020, 14 de outubro de 2019). O montante base da TGR é o que integra o documento suporte das GOP 2020.

Quadro III - Apuramento dos proveitos AR - TGR para 2020
(Base: Documento de apoio GOP 2020)

Atividades	Base* Exec. TGR	Estrutura %	TGR 2020 Projeção
AR	279.477,37 €	90%	497.303,30 €
ANR-GP	16.159,97 €	5%	28.755,13 €
ANR-LU	14.858,66 €	5%	26.439,57 €
Total	310.496,01 €	100%	552.498,00 €

Nota:

* Utilizou-se como base de distribuição da estimativa para 2020 o custo suportado com a TGR - execução 2019 (faturação de janeiro a agosto 2019, exceto o mês de maio da TGR - Incineração / Aterro, não rececionada à data da submissão do Tarifário 2020, 14 de outubro de 2019).

⁹ Remoção de resíduos urbanos da via pública e Serviços Auxiliares (SA).

¹⁰ Serviços de recolha de resíduos urbanos os Grandes Produtores (GP) e Limpeza e Higiene Urbana (LU), no respeitante à tipologia tratada pela Tratolixo como "Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo mistura de resíduos - Oeiras".

2. Tratolixo - Prestação de Serviços

Complementarmente ao trabalho desenvolvido para efeito do ponto precedente e utilizando a mesma fonte de informação, ou seja, o tratamento exaustivo da faturação dos serviços prestados, deduzidos naturalmente da parte correspondente à TGR_C (TGR - Células de Confinamento Técnico), desta feita, por tipologia de resíduos urbanos, apuraram-se os custos e o n.º de toneladas correspondentes aos primeiros oito meses, utilizando-se a respetiva média aritmética para efeito da previsão dos restantes quatro meses. Por aplicação deste exercício perspetiva-se, no final de 2019, que o custo total para a componente regulada ultrapasse os 3,1 milhões de euros, conforme espelha o Quadro IV.

Quadro IV - Previsão de Fecho de Exercício 2019 da Prestação de Serviços
(Base: Faturação jan. - set. 2019)

	N.º de Toneladas			Valor		
	Execução (Jan. - Ago.)	Previsão (Set. - Dez.)	Total	Execução (Jan. - Ago.)	Previsão (Set. - Dez.)	Total
Prestação de Serviços						
Embalagens de Plástico - Oeiras	1.478,24	739,12	2.217,36	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Embalagens de Plástico - Oeiras / Contaminadas	16,56	8,28	24,84	830,50 €	415,25 €	1.245,75 €
Embalagens de Vidro	1.590,05	795,03	2.385,08	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Embalagens de Vidro / Contaminadas	211,59	105,79	317,38	10.612,96 €	5.306,48 €	15.919,44 €
Embalagens de Papel e Cartão - Oeiras	2.192,64	1.096,32	3.288,96	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Embalagens de Papel e Cartão - Oeiras / Contaminadas	168,34	84,17	252,51	8.443,96 €	4.221,98 €	12.665,94 €
Restos de Comida - Oeiras	579,82	289,91	869,73	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Monstros - Oeiras	1.764,34	882,17	2.646,51	88.497,88 €	44.248,94 €	132.746,82 €
Resíduos de Jardins e Parques, Biodegradáveis - Oeiras	3.048,51	1.524,26	4.572,77	134.161,81 €	67.080,90 €	201.242,71 €
Pneus usados	10,00	5,00	15,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal - Recolha Seletiva	11.060,09	5.530,04	16.590,13	242.547,10 €	121.273,55 €	363.820,66 €
Out. resíduos urbanos e equiparados, inc. mistura resíduos - Oeiras	37.451,93	18.725,97	56.177,90	1.878.559,06 €	939.279,53 €	2.817.838,59 €
Subtotal - Recolha de outros RU e equiparados	37.451,93	18.725,97	56.177,90	1.878.559,06 €	939.279,53 €	2.817.838,59 €
Total Geral	48.512,02	24.256,01	72.768,03	2.121.106,16 €	1.060.553,08 €	3.181.659,25 €

Numa perspetiva simplista, menosprezando o método de faturação¹¹, a verificar-se esta previsão, no final de 2019, os custos totais executados nesta matéria (AR + ANR)¹², no valor de 3.498.240,00 €, ficariam aquém dos previstos para 2019 (3.992.698,18 €), no documento de apoio à elaboração das GOP de 2020 (versão de 10 de outubro de 2019), em mais de 494 mil euros.

¹¹ A TGR_C, relativa à TGR – Células de Confinamento Técnico, é objeto de faturação, pela Tratolixo, conjuntamente com os serviços de deposição, tratamento e valorização dos resíduos urbanos recolhidos pelo Município de Oeiras.

¹² AR – Atividade Regulada (remoção de resíduos urbanos na via pública e Serviços Auxiliares – recolhas pontuais a pedido dos utilizadores quando as quantidades de resíduos ultrapassarem os 1100 litros) / ANR – Atividade Não Regulada (resíduos provenientes da Limpeza Urbana e dos serviços prestados a grandes produtores – responsáveis por uma produção média diária de resíduos acima dos 1100 litros).



Em 2020, através da utilização de critério similar ao da TGR, ou seja, a partir da execução financeira registada para os meses de janeiro a setembro de 2019, desta feita, à estimativa da despesa para a prestação de serviço, em sede do documento de apoio à elaboração das respetivas GOP, no valor de 3.536.587,00 €, traduz-se num acréscimo de cerca de 766 mil euros face à projeção homóloga efetuada no âmbito da Formação Tarifária para 2019. A componente regulada, no montante de 3.216.535,95 €, representa cerca de 91% da estimativa para 2020, conforme se depreende do Quadro V.

Quadro V - Prestação de Serviços Tratolixo previsto para 2020
(Base: Documento apoio às GOP 2020)

Atividades	Execução 2019 (jan. - set.)	Estrutura %	Projeção para 2020
AR	2.121.106,16 €	91%	3.216.535,95 €
ANR-GP	109.836,58 €	5%	166.560,88 €
ANR-LU	101.217,25 €	4%	153.490,16 €
Total	2.332.160,00 €	100%	3.536.587,00 €

Nota:

* Utilizou-se como base de distribuição da previsão para 2020 o peso relativo do custo de cada agregado (AR e ANR) face ao total suportado com a prestação de serviços entre janeiro e setembro de 2019.

À prestação do serviço acresce o pagamento do IUC (Imposto Único de Circulação) das duas viaturas pesadas de resíduos (PSR), cedidas ao Município de Oeiras pela Tratolixo por Contrato Comodato que, no pressuposto de manutenção da variação registada desde 2016, face ao ano anterior (cerca de 1%), prevê-se para 2019 (Previsão de Fecho) e para 2020, um valor da ordem dos 778 € e 788 €, respetivamente (vide Quadro VI).

Quadro VI - Formação do Tarifário RU 2020
Evolução dos Custos IUC - Imposto Único de Circulação viaturas da Tratolixo, entre 2015 e 2020
(Preços Correntes)

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019*	Var. V.A. 2018/2019	Var. % 2018/2019	2020	Var. V.A. 2019/2020	Var. % 2019/2020
IUC - AR	688,16 €	684,32 €	689,78 €	708,04 €	717,38 €	9,34 €	1%	726,84 €	9,46 €	1%
IUC - ANR	59,84 €	67,68 €	68,22 €	59,96 €	60,75 €	0,79 €	1%	61,55 €	0,80 €	1%
IUC - Total	748,00 €	752,00 €	758,00 €	768,00 €	778,13 €	10,13 €	1%	788,40 €	10,27 €	1%

Fonte: Reporte de Contas entre 2015 e 2018 (todos validados pela ERSAR) e previsão de fecho para 2019, consulta à AIRC a 27 de setembro de 2019.
Tratamento DPOC.

3. AMTRES (participação da CMO) / Plano de Tesouraria / Despesas de Funcionamento

No contexto dos fornecimentos em alta crescem, às prestações de serviços da Tratolixo e à TGR, os custos suportados com a participação do Município de Oeiras nas Despesas de Funcionamento e/ou Plano de Tesouraria da AMTRES, cujas previsões correspondem, respetivamente:

- a. **Ano 2019 - corresponde ao valor cobrado pela AMTRES;**
 b. **Ano 2020 – corresponde, por trimestre, à média aritmética simples dos últimos 4 anos (2016 a 2019).**

Quadro VII - Formação do Tarifário RU 2020
 Evolução dos Custos AMIRES 2015 - 2020 (previsão)
 (Preços Correntes)

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019*	Var. V.A. 2018/2019	Var. % 2018/2019	2020	Var. V.A. 2019/2020	Var. % 2019/2020
1.º Trimestre	4.905,23 €	5.019,14 €	5.862,12 €	5.097,27 €	5.079,28 €	-17,99 €	0%	5.264,45 €	185,17 €	4%
2.º Trimestre	6.032,44 €	7.907,89 €	6.930,86 €	7.606,08 €	6.479,87 €	-1.126,21 €	-15%	7.231,18 €	751,31 €	12%
3.º Trimestre	6.809,43 €	6.266,94 €	6.452,09 €	5.355,56 €	5.984,33 €	628,77 €	12%	6.014,73 €	30,40 €	1%
4.º Trimestre	5.294,48 €	5.276,25 €	6.439,89 €	6.352,63 €	6.352,76 €	0,13 €	0%	6.027,97 €	-324,79 €	-5%
Total	23.041,58 €	24.470,22 €	25.684,96 €	24.411,54 €	23.896,24 €	-515,30 €	-2%	24.538,33 €	642,09 €	3%

Fonte: Consulta da Conta Corrente da AMTRES, AIRC 2015 e 2016 e 2019 e Flylight em 2017 e 2018.

Tratamento DPOC.

Notas:

* O valor apresentado para o 4.º Trimestre de 2019 encontra-se disponível para consulta no Edoclín (Ofício 61/2019, da AMTRES) apesar de não se encontrar refletido na Conta Corrente da Entidade (n.º 930047) à data de 10 de outubro de 2019.

** Os valores apresentados por trimestre para 2020 são calculados a partir da média aritmética simples dos últimos 4 anos (2016 a 2019).

A constatar-se o cenário ilustrado no Quadro VII são expectáveis comportamentos antagónicos em 2019 e em 2020, quando comparados com os anos anteriores, respetivamente, -2% (-515,50 €) face a 2018 e +3% (+642,09 €) face 2019, sendo de referir que, na ausência de qualquer custo nessa matéria em 2018 e 2019 (até à data de tratamento da informação aquando a Formação do Tarifário em apreço), não se efetuou, para 2020, qualquer previsão para o “Dever de Equilíbrio”, cuja última execução, no período em análise (no valor de 37.990,86 €), teve lugar em 2015 e, por esse facto, não foi tido em atenção na presente previsão bem como nas antecedentes.

4. Investimentos / Amortizações

Em matéria de investimentos e na ausência da versão final dos documentos previsionais para 2020, no que ao eixo estratégico correspondente diz respeito¹³, **03. Qualidade de Vida e Ambiente Sustentável / 03.01. Concelho limpo / 03.01.2019/046 – Higiene Urbana**, considera-se atinente apresentar os pressupostos tidos em atenção, respetivamente:

- a. **Previsão de fecho de exercício de 2019:**
- Considerou-se que o nível de faturação à data de Formação do Tarifário mantém-se no final do ano (vide Quadro VIII que se apresenta e que contempla a versão da plurianualidade da despesa de investimento, à data de 10 de outubro de 2019);
 - Perspetiva-se que o equipamento adquirido e faturado será amortizado a taxas de amortização diferenciadas (20% Caixas Amplirol e 7% Equipamentos de Deposição), conforme mostra o Quadro IX;

¹³ Diferente do modelo instituído no POCAL, o qual assenta na organização por Classificação Funcional, de aplicação obrigatória ao Plurianual de Investimentos (PPI) e, bem assim, por aplicação da Ficha de Apoio Técnico n.º 87/99 do SATAPOCAL, também aplicável à AMR (Atividades Mais Relevantes) e à reunião destas com o PPI, as GOP (Grandes Opções do Plano). Nos termos da mesma Ficha Técnica a justificação é a constante no “N.º 1 do ponto 2.3. “Documentos Previsionais e sua execução”; ponto 2.5.1. “Classificação Funcional”. Note-se que a Função aplicável à atividade a qua se reporta a Formação Tarifária em apreço é a 2.4.5. Resíduos Sólidos.

- iii. Os valores iniciais acumulados no Ativo Fixo Bruto e nas Amortizações acumuladas respeitam à informação correspondente objeto de Reporte de Contas em 2018 (Balanço da atividade regulada).

b. Previsão dos investimentos para 2020:

Quadro VIII - Investimento e respetivo financiamento
Previsão de Fecho para 2019 e Plurianualidade 2020 a 2023

Plano de Investimentos 2020-2023	Resíduos
Investimento em 2019 (Estimativa de Fecho)	64.356,27 €
Investimento em 2020 (Previsional)	1.431.000,00 €
Investimento em 2021 (Previsional)	3.575.000,00 €
Investimento em 2022 (Previsional)	1.305.000,00 €
Investimento em 2023 (Previsional)*	305.000,00 €
Total	6.680.356,27 €
Financiamento a fundo perdido	0,00 €
Reembolsável	0,00 €
Empréstimos bancários	0,00 €
Subsídios reembolsáveis	0,00 €
Autofinanciamento	6.680.356,27 €

Notas:

* Com correspondência à coluna "outros" da Plurianualidade do PPI relativo às Unidades Orgânicas DVM e DHU do eixo 03.01, Concelho limpo e 01.01, Cidade do Futuro.

Quadro IX - Previsão de Fecho de 2019 e Projeção para 2020
Síntese dos bens de equipamento

Bens de Investimento	Valor de aquisição		Amortização do exercício	
	2019	2020	2019	2020
Viaturas de recolha de RU (Taxa de amortização 10%)		1.222.000,00 €	0,00 €	122.200,00 €
Caixas Amplirol (Taxa de amortização 20%)	19.218,75 €	50.000,00 €	3.843,75 €	10.000,00 €
Equipamentos de deposição (Taxa de amortização 7%)	45.137,52 €	159.000,00 €	3.159,63 €	11.130,00 €
Total	64.356,27 €	1.431.000,00 €	7.003,38 €	143.330,00 €

NOTAS:

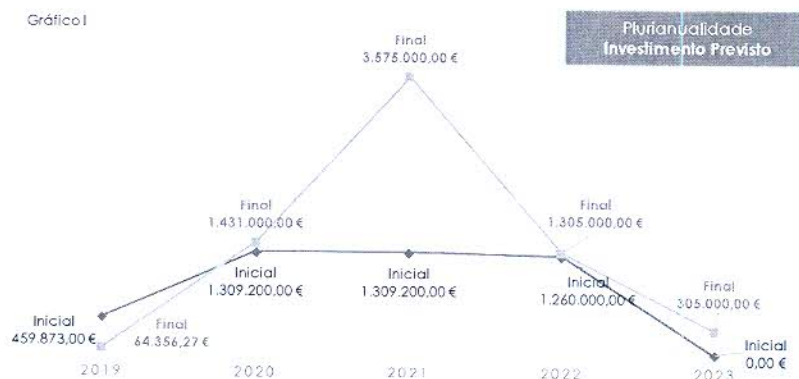
As projeções das amortizações dos investimentos previstos para 2019 e 2020 foram aplicadas numa perspetiva simplista, na medida que se está a analisar a informação num bloco de bens, subentendendo-se que a sua totalidade destina-se a ser utilizada no âmbito da atividade regulada e que todos os bens têm 12 meses de amortização.

Atente-se que no âmbito das amortizações transitadas do ano anterior, também numa perspetiva simplista, está a assumir-se que se mantém o mesmo nível de execução, sendo cumulativas às ora projetadas.

Numa perspetiva simplista assumiu-se que a plurianualidade prevista em 2019, para 2020, à data da presente Formação Tarifária, corresponde à previsão de 2020 (versão de 10 de outubro de 2019).

Os Gráficos I e II conjugam estes pressupostos com os referidos na alínea anterior e evidenciam, a manter-se no final do ano o nível de execução expectável no contexto do presente trabalho, um aumento do investimento no quadriénio 2019-2022, da ordem dos 47%, em resultado do efeito conjugado da redução em 2019 (-395.516,73 €) e do aumento nos restantes anos nos montantes de, 121.800,00 € (9%) em 2020; 2.265.800,00 € em 2021 e 45.000,00 € em 2022.

Gráfico I

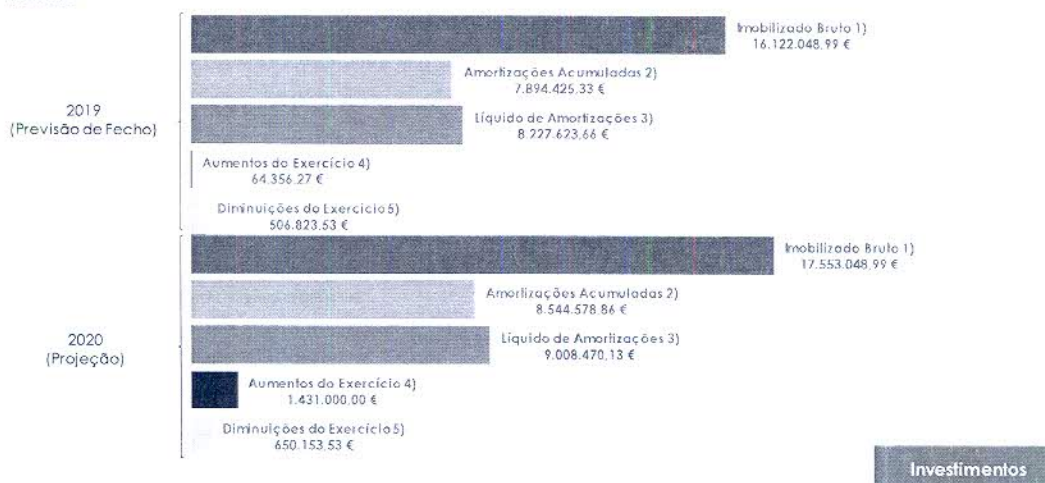


Fonte: Formação do Tarifário 2020, a partir da plurianualidade do Controlo Orçamental do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) do eixo 03.01 - Qualidade de Vida e Ambiente Sustentável / Concelho Limpo e 01.01 - Território Conectado e Inteligente / Cidade do Futuro e Orçamento aprovado para 2019.

Notas:

Investimento inicial corresponde ao valor do investimento do eixo 01.01 (aquisição de sensores para equipamentos de deposição de resíduos) e 03.01 (restantes projetos), incluindo os montantes plurianuais. **Investimento Final** corresponde, em 2019, à faturação e, 2020 a 2023, aos montantes plurianuais revistos, em qualquer dos casos à data de 10 de outubro de 2019.

Gráfico II



Fonte: Quadro de Investimento do ficheiro de suporte à Formação Tarifária 2020.

Notas:

- 1) Imobilizado Bruto do Ano n é igual ao Imobilizado Bruto do Ano n-1 acrescido dos aumentos do Exercício do Ano n (aquisições).
- 2) Amortizações Acumuladas do Ano n é igual às Amortizações Acumuladas do Ano n-1 acrescidas das Diminuições do Ano n (Amortizações).
- 3) Líquido de Amortizações do Ano n é igual ao Imobilizado Bruto do Ano n deduzido das Amortizações Acumuladas do Ano n.
- 4) Aumentos do Ano n é igual às aquisições estimadas para o ano n, em que n é igual a 2019 e/ou 2020.
- 5) Diminuições do Ano n é igual às amortizações estimadas para o Ano n, em que n é igual a 2019 e/ou 2020.

De referir que as amortizações previstas para 2020 são tratadas como Custo Direto da atividade de gestão de resíduos urbanos e apresentadas nos termos definidos pela ERSAR. O cálculo deste agregado teve por base o Reporte de Contas de 2018 e a projeção de investimentos para 2019.

Acresce referir que, *contrariamente ao Reporte de Contas, não é possível em sede da Formação anual de Tarifário aferir, em rigor, qual o montante das amortizações que deve ser tratado como Custo Indireto, ou seja, relativo às amortizações de bens parcialmente utilizados no âmbito da atividade regulada, por norma, viaturas¹⁴ de diferentes tipologias, cujos custos de amortização projetado (Viaturas pesadas de resíduos) se assumiu, numa perspetiva simplista, ser 100% imputável à componente regulada.*

Simultaneamente, **em resposta ao pedido de informação da ERSAR**, realizado pela primeira vez no âmbito da Formação Tarifária de 2019, face a 2018, foi efetuado o **Quadro X relativo à Taxa de Execução do Investimento**, conforme enquadramento dado pela referida entidade¹⁵ atualizado, desta feita, para a Formação Tarifária em apreço, sendo de relevar, respetivamente, o seguinte:

¹⁴ Cujo valor das amortizações é calculado anualmente em função da aplicação de um critério de afetação apurado a partir do lançamento dos movimentos de Máquinas e Viaturas no OAD (Sistema de Obras por Administração Direta, pertencente ao ERP Enterprise Resource Planning da AIRC – Associação Industrial da Região Centro).

¹⁵ "A EG deve indicar a taxa de execução dos investimentos no ano de 2019, comparando a realização efetiva com a prevista no âmbito do FT2019." (em que FT é a sigla utilizada para Formação do Tarifário).



- O valor da “Formação do Tarifário do ano n”, em 2019, corresponde ao aumento do exercício previsto nesse âmbito (aquisições de bens de investimento), em 2018, aquando a submissão da sua Formação Tarifária no Portal da ERSAR (a 15 de outubro de 2018). Atente-se que, no sentido de assegurar o cumprimento do prazo legal estipulado para a Formação Tarifária, teve que se recorrer à plurianualidade das rubricas de investimento aplicáveis à atividade regulada, disponível a partir do Controlo Orçamental de 2018 (consultado no Flylight), para projeção do investimento de 2019, na medida em que os documentos previsionais correspondentes se encontravam, nessa altura, em execução.
- O valor da Formação do Tarifário do ano n+1, em 2019, corresponde à previsão de fecho de 2019 efetuada no âmbito da Formação Tarifária de 2020 e tem correspondência ao montante faturado a 10 de outubro de 2019, no pressuposto de, até final do ano, não se registar qualquer faturação de bens de investimento. De referir que a informação utilizada para este efeito integra o documento de suporte à elaboração das GOP para 2020, então em curso.

Quadro X - Taxa de Execução do Investimento

	2018	2019
Formação do Tarifário do ano n	691.450 €	1.268.007 €
Formação do Tarifário do ano n+1	217.799 €	64.356 €
Taxa de Execução	31%	5%

Notas:

A Taxa de Investimento e, bem assim, a informação relativa a ambas as formações tarifárias respeita, em 2018, à estrutura apresentada no âmbito da Formação Tarifária para 2019, em 2018. De referir que este indicador foi nesta altura pela primeira vez solicitado pela entidade reguladora.

A Taxa de Execução do Investimento não é passível de ser calculada no Tarifário em apreço.

A observação do Quadro X permite aferir que:

1. A Taxa de Execução do Investimento prevista para 2019 é substancialmente mais baixa que a homóloga de 2018, em cerca de 26% (5% em oposição aos 31% então registados);
2. Em termos de valor absoluto, a taxa apurada, corresponde a um desvio negativo que se situa acima de 1,2 milhões de euros;
3. A análise mais fina da informação, com recurso à leitura cruzada dos documentos previsionais aprovados para 2019 (459.873,00 €) com a correspondente Formação Tarifária, permite aferir que as rubricas de investimento, então consideradas, apresentam, no seu conjunto, um acréscimo do montante previsto para 2019 da ordem dos 64% (+808.134,00 €). Resulta de tal facto que, se a informação efetivamente prevista para 2019 tivesse sido utilizada aquando a correspondente Formação Tarifária (em outubro de 2018), a taxa de execução dos investimentos situar-se-ia nos 14% em vez dos 5%, entretanto apurados, ainda assim, muito aquém dos 31% registados em 2018.
4. O prazo limite para submissão da Formação Tarifária no Portal da ERSAR, para emissão de Parecer por esta entidade (15 de outubro do ano anterior ao ano a que respeita o Tarifário) não se compadece com o rigor que seria desejável para efeito de emissão de Parecer, na medida em que é coincidente com o processo de elaboração, discussão e aprovação dos documentos previsionais.

Em suma, por aplicação da metodologia apresentada, espera-se que o custo total da atividade regulada atinja, em 2020, o montante de 12.350.708,46 €, distribuídos nos termos do Gráfico III.

Gráfico III



Fonte: Formação de Tarifário 2020, submetido no Portal da ERSAR a 14 de outubro de 2019.

Os Custos Diretos são os mais expressivos (cerca de 79%) no cômputo dos custos projetados para 2020 e apresentam, face aos expectáveis em resultado do exercício homólogo para 2019 (então, 8.268.029,41 €) um acréscimo da ordem de 18%, seguindo-lhes os Custos Comuns responsáveis por cerca de 19%.

Proveitos

A folha relativa aos "Proveitos RU", parte integrante do ficheiro de importação da Formação do Tarifário de 2020 para o Portal da ERSAR, da autoria e anualmente revisto por esta entidade, permite apurar de forma direta os proveitos expectáveis para este serviço, em 2020, por aplicação do tarifário proposto ao utilizador final, a partir das quantidades previstas para faturação no âmbito dos Serviços de Água nos termos dos indicadores facultados pelos SIMAS (n.º de contratos e n.º de m³ de água consumida como base de aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável, respetivamente) e, bem assim, a partir da projeção para 2020 de uma execução similar à registada entre 1 de janeiro a 9 de outubro de 2019 em matéria dos Serviços Auxiliares, prestados e faturados pelo Município de Oeiras.

Assim, para os devidos efeitos, são faturadas aos utilizadores pela prestação do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, nos termos do artigo 63.º do Regulamento do Serviço, respetivamente:

1. **A tarifa de disponibilidade**, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
2. **A tarifa variável**, devida em função da quantidade de resíduos recolhidos durante o período objeto de faturação e expressa em euros por m³ de água consumida;
3. **As tarifas de serviços auxiliares**, devidas por cada serviço prestado e em função da unidade correspondente;

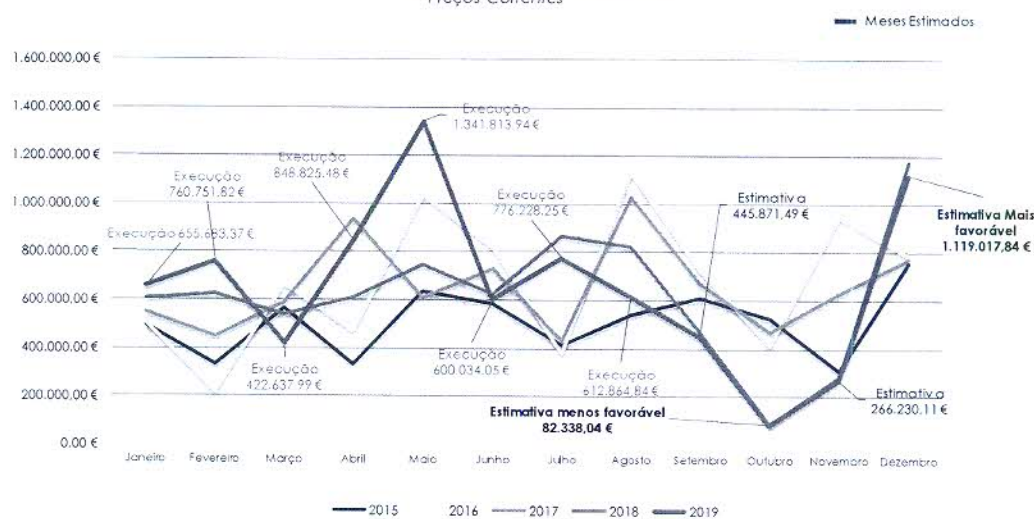
4. **A Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)**, que corresponde à repercussão do encargo suportado pela entidade gestora, junto da Tratolixo, no âmbito da atividade de gestão de resíduos urbanos, nos termos da legislação aplicável.

No contexto do ponto 4, salienta-se que, dando cumprimento à recomendação da ERSAR emitida no âmbito da Formação de Tarifário para 2018¹⁶, foi aprovada a aplicação da TGR¹⁷ em linha própria na faturação dos Serviços de Águas (AA – Abastecimento de Água e AR – Águas Residuais ou Saneamento), tal como as Tarifas de Resíduos Urbanos, então no valor de 0,0544 € / m³.

Salienta-se, igualmente, que o produto dos proveitos do último quinquénio (2015-2019) resulta da aplicação de um modelo tarifário diferente do praticado até 2014, assente em tarifas únicas (de disponibilidade ou fixa e variável), considerando-se, nessa medida, importante, efetuar a análise da estrutura dos proveitos provenientes da faturação emitida pelos SIMAS para o Concelho de Oeiras, não obstante a manutenção das tarifas desde 2016 e, bem assim, no âmbito do presente documento, também propostas para 2020.

Neste sentido, as estruturas que se seguem ilustram a execução das tarifas de resíduos urbanos faturadas aos utilizadores finais pelos SIMAS (apuramentos mensais e anuais), desde 2011, e por aplicação do novo modelo tarifário (desde 2015), também a TGR, a qual passou a ser faturada, em linha própria, a partir de 2018.

Gráfico IV - Tarifas RU SIMAS de Janeiro a Dezembro 2015-2019
(2019 - 3.º quadrimestre = dados previsionais)
Preços Correntes



¹⁶ Parecer da ERSAR a que se refere a comunicação da entidade: sua referência O-010227/2017, de 4 dezembro de 2017.

¹⁷ Proposta de Deliberação n.º 831/2017, de 12 de dezembro, relativa à Formação Tarifária para 2018.

Quadro XI - Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos
Análise da execução da receita proveniente da faturação SIMAS, sobre a qual incide o Tarifário em vigor*
Preços Correntes

(Unid.: Euro)

Apuramentos	Anos Encerrados																Execução até 30 set.		Var. 2019/2018	
	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019**	Est. %	V.A.	%
	Est. %		Est. %		Est. %		Est. %		Est. %		Est. %		Est. %		Est. %					
Janeiro	184.190,56	5,2	306.875,79	5,1	558.643,99	9,2	603.648,69	10,1	494.734,73	8,1	505.016,19	6,2	548.293,10	6,6	605.709,74	8,1	655.683,37	8,3	49.973,63	8,3
Fevereiro	195.750,80	5,5	423.069,29	7,1	469.325,76	7,7	415.025,06	6,9	333.072,48	5,5	215.200,07	2,7	447.334,61	5,4	624.826,42	8,4	760.751,82	9,6	135.925,40	21,8
Março	237.522,66	6,7	578.600,20	9,7	522.591,73	8,6	480.932,65	8,1	562.652,80	9,2	667.328,99	8,2	590.714,57	7,2	537.800,67	7,2	432.637,99	5,3	-115.162,68	-21,4
Abril	286.040,97	8,1	444.457,87	7,4	490.867,74	8,1	383.902,45	6,4	330.147,43	5,4	468.494,82	5,8	609.226,89	11,4	609.226,89	8,2	848.825,48	10,7	239.596,59	39,3
Mai	319.717,63	9,0	569.902,80	9,5	517.031,11	8,5	512.777,99	8,6	636.150,52	10,5	1.034.592,05	12,6	607.136,49	7,4	747.413,29	10,0	1.341.813,94	16,9	594.400,65	79,5
Junho	382.741,77	10,8	546.925,54	9,1	415.276,01	6,8	306.863,98	5,1	582.509,99	9,6	818.661,83	10,1	733.134,53	8,9	627.557,87	8,4	600.034,05	7,6	-27.523,82	-4,4
Subtotal - 1º Semestre	1.605.964,39	45,3	2.849.751,49	48,0	2.973.776,34	48,9	2.701.148,62	45,3	2.939.297,95	48,3	3.709.293,95	45,8	3.866.644,19	46,8	3.752.536,88	50,4	4.629.746,65	58,4	877.209,77	23,4
Julho	312.483,03	8,8	573.444,44	9,6	442.491,67	7,3	360.108,94	6,0	411.892,38	6,8	377.987,57	4,7	431.765,22	5,2	866.522,59	11,6	776.226,25	9,8	-90.295,34	-10,4
Agosto	334.870,01	9,4	567.243,93	9,5	652.145,87	10,7	348.808,16	5,9	539.301,55	8,9	1.131.440,61	14,0	1.032.008,58	12,5	822.574,82	11,0	612.864,84	7,7	-209.709,98	-25,5
Setembro	305.976,40	8,6	463.187,51	7,7	513.788,06	8,5	616.356,96	13,7	611.157,19	10,0	726.198,37	9,0	586.356,14	7,1	467.792,84	6,3	645.871,49	5,6	-21.921,35	-4,7
Outubro	314.250,13	8,9	650.534,05	10,9	585.652,34	9,6	574.614,18	9,6	521.902,41	8,6	411.065,28	5,1	714.294,59	8,7	86.386,20	1,2	82.338,04	1,0	-4.048,16	-4,7
Novembro	318.285,69	9,0	504.150,75	8,4	490.237,03	8,1	541.582,82	9,1	305.902,91	5,0	950.480,34	11,7	676.597,83	8,2	279.319,36	3,7	266.230,11	3,4	-13.089,25	-4,7
Dezembro	353.033,19	10,0	351.819,05	5,9	421.351,61	6,9	616.607,74	10,3	757.235,91	12,4	798.524,13	9,7	946.066,63	11,5	1.174.034,55	15,8	1.179.017,84	14,1	-55.016,77	-4,7
Subtotal - 2º Semestre	1.938.898,45	54,7	3.110.379,73	52,0	3.105.666,40	51,1	3.260.080,80	54,7	3.147.392,35	51,7	4.384.696,30	54,2	4.387.089,99	53,2	3.496.631,34	49,4	3.302.550,57	41,4	-394.080,79	-10,7
Total Geral	3.544.862,84	100,0	5.960.131,22	100,0	6.079.442,94	100,0	5.961.227,42	100,0	6.086.640,30	100,0	8.093.990,25	100,0	8.253.733,18	100,0	7.449.148,24	100,0	7.932.297,22	100,0	483.128,98	6,5

Fonte: Consulta das Guias Emitidas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano encerrado. Foram igualmente consultadas todas as Guias para aferir qual o período de apuramento e realizado o cruzamento com a informação da Conta de Projeções (P01207020902 - Resíduos Sólidos). Em 2017 e 2018 foram consultados, na aplicação Rylight, os extratos dos SIMAS através da consulta de faturas / receita. Em 2019 retomou-se a ATRC, igual fonte dos exercícios de tratamento DPOC.

NOTAS:

* O Tarifário em vigor, tratado na presente estrutura, não contempla os Serviços Auxiliares na medida em que estes são prestados pelo Município de Oeiras.

** Os valores de 2019 referem-se à execução dos primeiros 8 meses e à previsão do último quadrimestre.

Em termos da execução da receita, o montante relativo ao mês de dezembro de cada ano encontra-se registado no início do ano seguinte.

Apenas os anos de 2012 e 2015 apresentam alterações nas expressões ao Tarifário aplicável à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo de relevância que, em 2015 e anos seguintes, o Modelo aplicável está em conformidade com o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado a 15 de abril de 2014 (Deliberação n.º 928/2014, da ERSAR), parte da qual vertida no Regulamento do Serviço do Município de Oeiras. Por aplicação do novo modelo tarifário apenas o ano 2016, face a 2015, apresentou alteração do valor das tarifas, tendo em vista a cobertura dos gastos totais da atividade por essa via, nos termos da legislação aplicável.

O Quadro XI que sistematiza os apuramentos mensais das tarifas destinadas ao financiamento do serviço de gestão de resíduos urbanos (incluindo a TGR, a partir de 2015), permite aferir que, entre 2011 e 2017, por aplicação de diferentes modelos tarifários, o cômputo das cobranças relativas ao 2.º semestre é o mais expressivo (sempre acima dos 50%), merecendo especial enfoque a execução dos anos 2011 e 2014 (ambos com um peso relativo da ordem dos 54%).

No contexto da previsão de fecho de 2019, no Gráfico IV representada pela linha a *bordeaux*, destaca-se, naturalmente na proporção da execução de igual período homólogo de 2018, a estimativa mais e menos favorável a ter lugar nos meses de dezembro (1.119.017,84 €) e outubro (82.338,04 €), respetivamente, ainda assim, em qualquer dos casos, apresentando uma execução inferior à registada em 2018, em cerca de 5%.

Acresce referir que, o mesmo gráfico, apresenta a evolução mensal da arrecadação no período 2015-2019, por aplicação do atual modelo tarifário, sendo de referir que a previsão para o último quadrimestre de 2019 teve como pressuposto que a cobrança das tarifas, no final do exercício económico, seria equivalente à média do último triénio (2016-2018).

De referir que a repartição do diferencial entre a execução e a previsão anual de 2019, em cada mês, teve como base o comportamento homólogo de 2018.

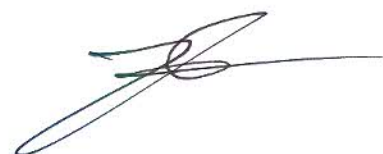
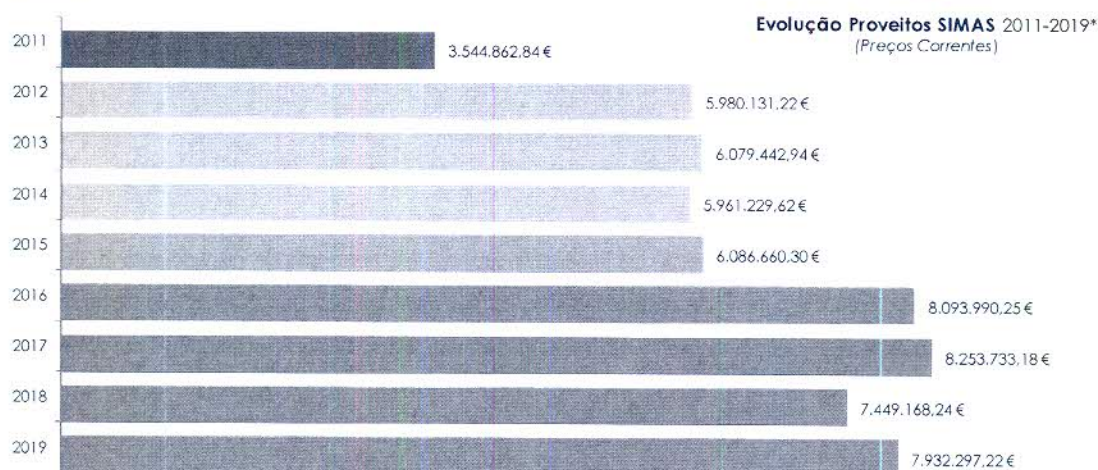


Gráfico V



Fonte: Mapa síntese da Formação do Tarifário para 2019, atualizado para efeito do Tarifário 2020, elaborado a partir da informação recolhida no ERP da AIRC (2011 a 2016 e 2019) e Flylight (2017 e 2018).

Nota:

* A informação relativa a 2019 reporta-se à execução dos meses de janeiro a agosto e previsão dos restantes 4 (setembro a dezembro) calculada a partir da média de arrecadação dos últimos 3 anos (incluindo a TGR).

A análise cruzada do Gráfico V com as duas estruturas anteriores (Gráfico IV e Quadro XI), evidencia o impacto:

- Da atualização das tarifas aprovadas em 2011 e objeto de aplicação em 2012, perceptível por um aumento dos proveitos em cerca de 69% (+2.435.268,38 €);
- Da manutenção das tarifas entre 2012 e 2014, com uma cobrança similar no triénio a que corresponde uma execução média da ordem dos 6 milhões de euros;
- Da alteração do modelo Tarifário em 2015, nos termos previstos na Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, da ERSAR, registando uma variação positiva em pouco mais de 125 mil euros comparativamente com o ano anterior;
- Do aumento das Tarifas (Fixas e Variáveis), em 2016, que, dando cumprimento ao requisito de Convergência Tarifária legal prevista, subjacente, designadamente, ao disposto no n.º 1, em articulação com o n.º 2, do artigo 21.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro¹⁸, resulta num aumento substancial dos proveitos acima dos 2 milhões de euros (cerca de +33%);
- Em oposição aos cerca de 8 milhões de euros, registados em 2016 e 2017 (em 2017 com uma expressão superior em cerca de 159 mil euros), verifica-se, em 2018, uma quebra acentuada que se poderá ter ficado a dever à não aplicação das tarifas dos resíduos urbanos, na faturação dos SIMAS, aos grandes produtores que diligenciaram, nos termos do

¹⁸ Relativamente ao facto de os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não deverem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados (medidos em situação de eficiência produtiva) com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.

Regulamento de Serviço, o seu recenseamento junto do Município de Oeiras e a entrega da Certidão¹⁹ por este emitida à entidade responsável pela faturação dos serviços de gestão de resíduos urbanos;

- Embora sendo expectável uma melhoria da cobrança das tarifas na previsão de fecho de 2019, em cerca de 6% (+483.128,98 €, que em 2018), constata-se uma quebra da cobrança no biénio 2018-2019, face a 2017, da ordem dos 10% (-804.564,94 €) e 4% (-321.435,96 €), respetivamente, que apesar de se desconhecer em que medida se poderá dever à materialização do processo de recenseamento, por parte dos grandes produtores, conforme já referido.

Complementarmente, constituindo tal informação um imperativo subjacente à Formação do Tarifário para 2020, recorreu-se ao número de utilizadores e ao número de m³ de água consumida, por tipo de utilizador - Doméstico e Não Doméstico, incluindo os aplicáveis aos Tarifários Sociais, para o Concelho de Oeiras, facultados pelos SIMAS em outubro último, conforme estruturas que se apresentam.

Quadro XII - Previsão 2019 e Projeção SIMAS 2020, deduzida de Previsão de Grandes Produtores***

N.º de Utilizadores	Execução 2019 *	Previsão de Fecho 2019**	Total 2019	Projeção 2020 (inicial)	Grandes Produtores***	Projeção 2020 (final)
Total Domésticos	86.387	110	86.497	86.670	32	86.638
- c/ Tarifário Social	1.487	10	1.497	1.500		1.500
- c/ Tarifário Normal	84.900	100	85.000	85.170	32	85.138
Total Não Domésticos	7.963	56	8.019	8.035	294	7.741
- c/ Tarifário Social	364	6	370	371		371
- c/ Tarifário Normal	7.599	50	7.649	7.664	294	7.370
Total Geral	94.350	166	94.516	94.705	326	94.379

N.º m3 água Consumida	Execução 2019 *	Previsão de Fecho 2019**	Total 2019	Projeção 2020 (inicial)	Grandes Produtores***	Projeção 2020 (final)
Total Domésticos	5.268.098	2.849.054	8.117.152	8.133.386	17.491	8.115.895
- c/ Tarifário Social	65.390	8.695	74.085	74.233		74.233
- c/ Tarifário Normal	5.202.708	2.840.359	8.043.067	8.059.153	17.491	8.041.662
Total Não Domésticos	2.261.159	1.359.755	3.620.914	3.628.156	575.727	3.052.429
- c/ Tarifário Social	241.602	100.001	341.603	342.286		342.286
- c/ Tarifário Normal	2.019.557	1.259.754	3.279.311	3.285.870	575.727	2.710.143
Total Geral	7.529.257	4.208.809	11.738.066	11.761.542	593.218	11.168.324

Fonte: Mail de 4 de outubro de 2019 dos SIMAS.

Tratamento DPQC.

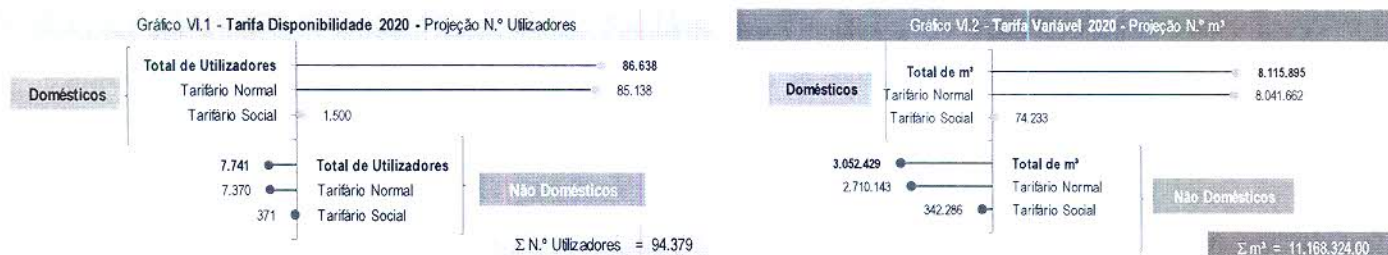
Notas:

* Informação dos SIMAS relativa à execução do período de janeiro a agosto de 2019.

** Previsão de fecho de Exercício para o período de setembro a dezembro de 2019 (novos contratos e consumos previstos para o período).

*** Na ausência de informação (apenas passível de ser disponibilizada pelos SIMAS) a previsão apresentada foi calculada com base em informação reportada a 2013.

¹⁹ Reconhecendo que a produção média diária de resíduos produzidos, no local ou locais a que respeite ou respeitem o contador ou Cômputo dos contadores dos Serviços de Água associados ao seu NIF, ultrapassam os 1100 litros, nos termos legais estabelecidos.



Nota: O arredondamento à unidade dos indicadores supra apresentados resultou na redução de 1 utilizador Doméstico.

A propósito do Quadro XII e dos Gráficos VI importa salientar o seguinte:

- A não aplicabilidade das Tarifas RU na faturação dos SIMAS aos utilizadores não domésticos que, nos termos previstos no Regulamento de Serviço tenham sido ou venham a ser, em sede do processo de recenseamento, considerados Grandes Produtores²⁰, exige, no âmbito do Tarifário de 2020, uma projeção do impacto que este requisito possa ter sobre os vários indicadores, naturalmente, com consequências nas contas da atividade em apreço;
- Por aplicação do referido no ponto anterior, apurou-se, em face da informação disponível, uma estimativa do número de utilizadores e de m³ que virão a ser deduzidos aos estimados para 2020 ao nível dos utilizadores não domésticos (domésticos apenas os Grandes Produtores correspondentes a condomínios);
- A Projeção Inicial de ambos indicadores para 2020 corresponde à informação dada pelos SIMAS;
- A Projeção Final de ambos os indicadores para 2020 resulta, por seu turno, da dedução aos apurados no âmbito do ponto anterior dos indicadores projetados para utilizadores domésticos e não domésticos que se prevê venham a ser Grandes Produtores, por aplicação do referido normativo, tendo por base, naturalmente, a informação disponível;
- A combinação destas estruturas com as relativas à execução mensal/anual dos proveitos provenientes das tarifas cobradas pelos SIMAS (Quadro XI e Gráficos IV e V), requer necessariamente aludir o facto de as correções efetuadas, nesta matéria, serem inferiores às que, efetivamente, tiveram lugar, exigindo-se, de futuro, na medida do possível, informação mais detalhada sobre os indicadores que sustentam a projeção das tarifas no âmbito da correspondente Formação Tarifária (efetuada no ano anterior) com a correspondente execução apurada no Reporte de Contas.

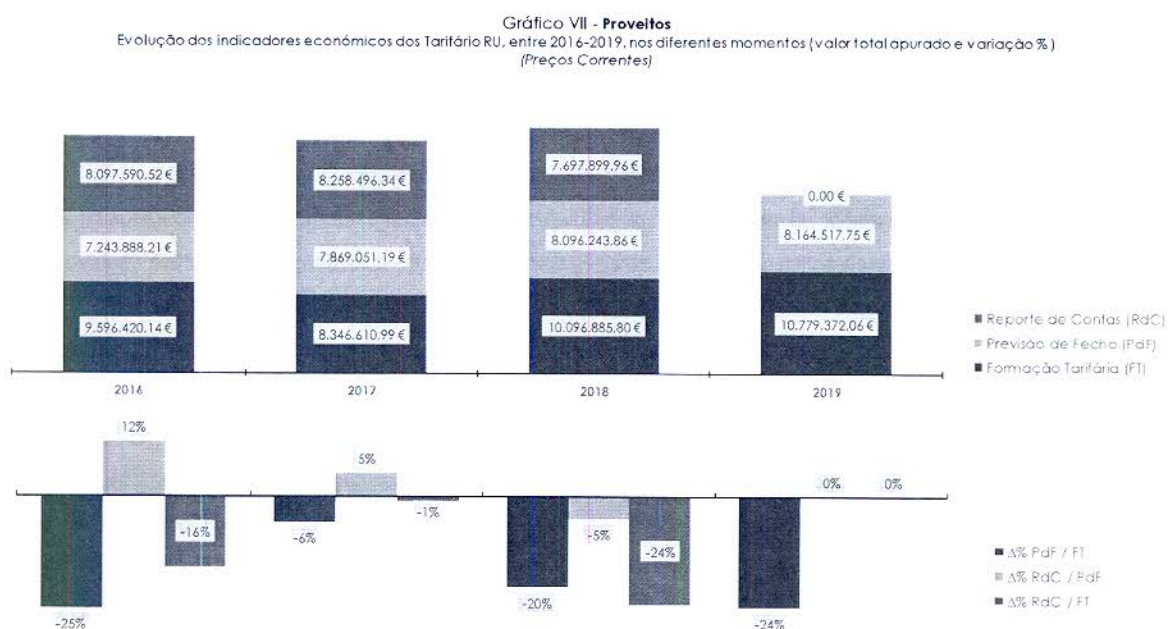
Nesta perspetiva, considera-se atinente apresentar a análise gráfica da informação económica e financeira que, em cada Formação Tarifária (com relação a cada ano), a caracteriza, no que aos proveitos totais diz respeito, quer em valores absolutos apurados, quer em matéria dos desvios registados nos diferentes momentos, sob a forma de percentagem (variação percentual = Δ).

Note-se que os proveitos tarifários, maioritariamente relativos às tarifas RU, cobradas pelos SIMAS, respondem pela maior fatia dos proveitos estimados (em sede da Formação Tarifária e Previsão de Fecho) e executados (em sede do Reporte de Contas).

²⁰ Com produção média diária de resíduos urbanos igual ou superior aos 1100 litros.

Para melhor documentar a referida análise o Gráfico VII ilustra o comportamento registado, entre 2016 e 2019, pelos 3 momentos identificáveis, no contexto de cada Tarifário anualmente aplicável à atividade de gestão de resíduos urbanos, a saber:

1. **Formação Tarifária**, realizada anualmente nos termos regulamentares e definidos pela ERSAR, submetida no Portal da ERSAR até 15 de outubro do ano n-1, em que n corresponde ao ano do Tarifário;
2. **Previsão de Fecho do Exercício**, é efetuada no ano n-1 (relativa ao próprio ano) e utilizada para efeito da estimativa realizada no âmbito da Formação Tarifária do ano n (ano do Tarifário);
3. **Reporte de Contas**, submetido no Portal da ERSAR no ano n+1, em que n corresponde ao ano do Tarifário, e tem em vista apurar os custos e proveitos da atividade de gestão de resíduos urbanos (componente regulada²¹).



Fonte: Formação Tarifária e Reporte de Contas dos anos aplicáveis.

Notas:

PdF = Previsão de Fecho, efetuado para o ano n-1 no âmbito da Formação do Tarifário para o ano n, em que n corresponde ao ano do Tarifário;

FT = Formação Tarifária, termo técnico utilizado pela formalização do Tarifário do ano n, no Portal da ERSAR, no prazo legal estabelecido (15 de outubro do ano n-1).

RdC = Reporte de Contas, efetuado no ano n+1, permite medir e analisar os indicadores de execução da Formação Tarifária do ano n, também submetida no Portal da ERSAR, até 15 de maio do ano n+1.

²¹ Remoção de resíduos urbanos da via pública (Tarifas faturadas pelos SIMAS) e Serviços Auxiliares (prestados e faturados pelo Município de Oeiras).



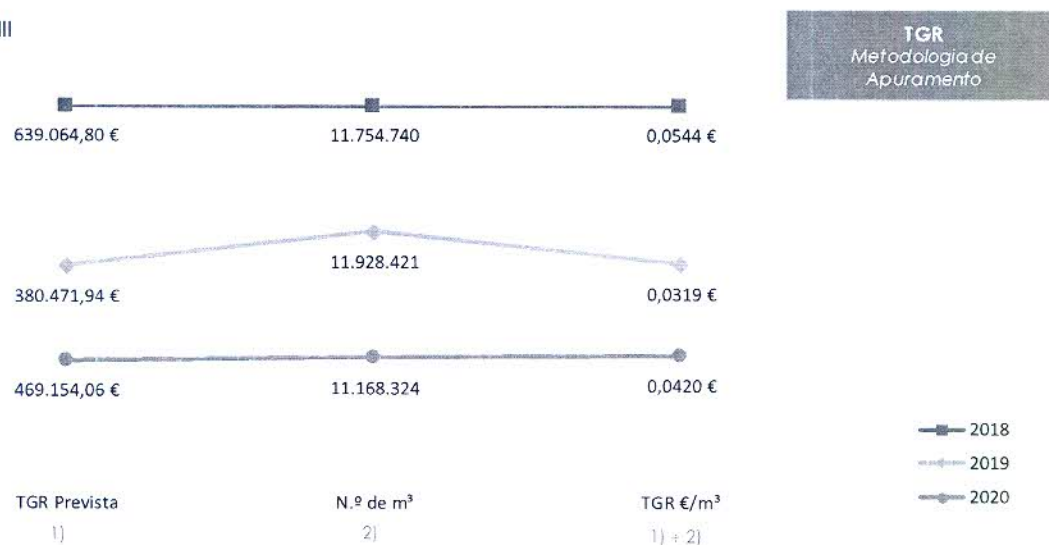
A leitura do referido gráfico mostra que:

- A variação percentual mais expressiva resulta do rácio entre os proveitos estimados, em sede da previsão de fecho de cada exercício económico, com os estimados aquando a correspondente Formação Tarifária, embora registe em qualquer dos anos uma variação negativa (-25% em 2016, -6% em 2017; -20% em 2018 e -24% em 2019);
- Os exercícios económicos objeto de Reporte de Contas da atividade (todos validados pela ERSAR), apresentam, como seria expectável, uma maior proximidade entre a execução aí apurada e a estimativa realizada no âmbito da correspondente Previsão de Fecho, apesar dos comportamentos diferenciados apurados, respetivamente +12% em 2016 e +5% em 2017 e -5% em 2018;
- O ano 2017 apresenta os melhores indicadores em resultado da maior proximidade dos proveitos estimados e ou apurados nos diferentes momentos considerados no processo de elaboração e monitorização do tarifário aplicável aos resíduos urbanos.

Relativamente à TGR releva-se que:

- Tal como as tarifas de resíduos urbanos aplicadas à remoção de resíduos urbanos da via pública (Tarifa de Disponibilidade e Tarifa Variável), também a TGR deve ser isenta de IVA.
- Aquando a Formação Tarifária para 2018, considerou-se que o custo da TGR, tal como nos anos anteriores (desde 2015), integrava o cômputo dos custos apurados, entendendo-se por esse facto que também o produto da cobrança das tarifas se destinaria, também, a suportar os custos da TGR.
- Contudo, dando cumprimento ao recomendado no Parecer da ERSAR, a TGR passou a ser aplicada, em 2018, no âmbito da Formação Tarifária correspondente.
- A TGR é aplicada a todos os utilizadores (Domésticos e Não Domésticos), incluindo os beneficiários dos Tarifários Sociais, é apurada por aplicação do valor unitário por m³ de água consumida e, nos termos legais previstos, visa repercutir o custo suportado nessa matéria pelo Município de Oeiras.
- Na ausência de informação histórica sobre a TGR, o valor para 2018 foi calculado, de forma simplista, a partir da aplicação do valor por / tonelada previsto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (2018 = 8,8 €/ton.) ao n.º de toneladas previstas (72.621), e posteriormente dividido pelo n.º de m³ estimados (11.754.740), conforme ilustrado no Gráfico VIII.
- O valor unitário/tonelada, da TGR, aplicado na faturação da água em 2019 e a aplicar em 2020 resulta do quociente entre o custo da TGR previsto para cada ano e o n.º de m³ de água estimado, conforme ilustra o Gráfico VIII, tendo-se apurado, no âmbito da Formação Tarifária para 2020, uma TGR da ordem dos 0,0420 €/m³ (cerca de +0,0101 €/m³ e -0,0124 €/m³ que a TGR aplicável em 2019 e 2018, respetivamente).

Gráfico VIII



Fonte: Editais de publicação da Formação Tarifária para 2018 e 2019 e documento submetido no Portal da ERSAR relativo à Formação Tarifária para 2020.

Complementarmente, por aplicação das Tarifas de 2019, em 2020, aos indicadores que integram as estruturas anteriores, com correspondência à folha do ficheiro de importação relativa aos Proveitos Tarifários RU-TUF (Tarifário ao Utilizador Final²²), resulta na projeção dos proveitos por tipologia de tarifa (Fixa ou de Disponibilidade e Variável) e tarifário (Normal e Social), conforme ilustrado no Quadro XIII e no Gráfico IX.

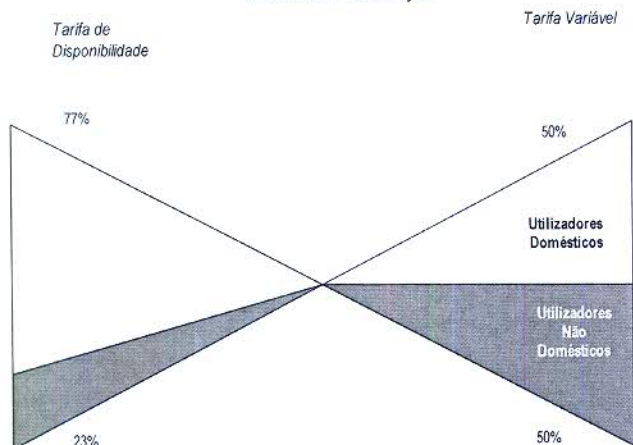
Quadro XIII - Síntese dos Proveitos Tarifários de Resíduos Urbanos previstos para 2020

Descrição	Tarifa de Disponibilidade			Tarifa Variável			Total	Est. %
	Tarifa (diária / utilizador)	Proveito Anual Previsto	Est. %	Tarifa (euros / m³ de água consumida)	Proveito Anual Previsto	Est. %		
Domésticos		2.958.375,22 €	77%		2.855.171,98 €	50%	5.813.547,21 €	61%
Tarifário Normal	0,0952	2.958.375,22 €	77%	0,3518	2.829.056,75 €	50%	5.787.431,98 €	61%
Tarifário Social	Isento	0,00 €	0%	0,3518	26.115,23 €	0%	26.115,23 €	0%
Não Domésticos		888.481,63 €	23%		2.809.691,11 €	50%	3.698.172,74 €	39%
Tarifário Normal	0,3255	875.599,16 €	23%	0,9923	2.689.274,82 €	47%	3.564.873,98 €	37%
Tarifário Social	0,0952	12.882,47 €	0%	0,3518	120.416,29 €	2%	133.298,76 €	1%
Total Geral		3.846.856,85 €	100%		5.664.863,09 €	100%	9.511.719,94 €	100%

Fonte: Indicadores facultados pelos SIMAS aplicados às Tarifas a que se refere o Edital n.º 019/2019, de 10 de janeiro (Formação Tarifária 2019), e Estrutura Tarifária que integra o Relatório de Fundamentação económica e Financeira do Regulamento de Serviço.

²² Igualmente submetido no Portal da ERSAR, acompanhado por duas faturas (reais) emitidas pelos SIMAS a cada tipologia de utilizador (Doméstico e Não Doméstico) após aprovação das Tarifas pelo Órgão Executivo.

Gráfico IX - Tarifário 2020
Proveniência das Tarifas



- 77% da Tarifa de Disponibilidade, respeitante à cobrança aos utilizadores domésticos (similar ao previsto em sede da Formação do Tarifário 2019);
- 50% da Tarifa Variável, relativa a utilizadores domésticos, esperando-se igual comportamento para os utilizadores não domésticos, em oposição à estrutura apresentada em 2019 (49% e 51% para os utilizadores domésticos e não domésticos, respetivamente).

A análise do Quadro XIII permite, ainda, tecer os seguintes comentários:

- 60% dos proveitos projetados resultam da aplicação do tarifário variável (5.664.863,09 €), em oposição aos 40% expectáveis por aplicação do tarifário de disponibilidade (3.846.856,85 €);
- 61% dos proveitos previstos provêm dos utilizadores domésticos e resultam quase na totalidade (cerca de 99,6%) à aplicação do tarifário normal;
- O tarifário social reflete-se num apoio do Município de Oeiras aos utilizadores beneficiários que ultrapassa, por via da aplicação do tarifário proposto, os 159 mil euros, registando maior expressão ao nível dos utilizadores não domésticos (cerca de 84%, uma expressão superior à registada em 2019, então com um peso da ordem dos 80%). Prevê-se que a arrecadação proveniente do tarifário social variável venha a ultrapassar, nesta tipologia de utilizadores, os 120 mil euros.

O efeito conjugado da opção de manutenção do tarifário RU, praticado no último quadriénio, em 2020, com a revisão dos indicadores subjacentes ao cálculo das tarifas (n.º de utilizadores = disponibilidade e n.º de m³ de água consumida = variável) tendentes a perspetivar o impacto da não aplicabilidade das tarifas RU aos Grandes Produtores, nos termos previstos no Regulamento de Serviço com a redução dos custos em alta²³, projetados para 2020, da ordem dos 8% (-313.221,54 €, que a Previsão de Fecho apurada para 2019), resulta na melhoria do grau de cobertura (0,8), comparativamente à Previsão de Fecho para 2019 (0,7), acrescendo, naturalmente, aos proveitos provenientes dos SIMAS a projeção Serviços Auxiliares estimados (objeto de faturação pelo Município de Oeiras), num total de 2.943,43 € (2.776,82 € + IVA à taxa reduzida legal em vigor).

²³ A previsão para 2020 relativa à Prestação do Serviço e a TGR teve como base o documento de suporte à elaboração das GOP – Grandes Opções do Plano para 2020 (versão de 10 de outubro de 2019).

Os Serviços Auxiliares traduzem-se, efetivamente, num agregado de proveitos diretos, da atividade de gestão resíduos urbanos, verdadeiramente inexpressivo, quando comparado com o objeto de faturação pelos SIMAS, sendo de relevar que os valores submetidos a Parecer da Entidade Reguladora, no âmbito da Formação do Tarifário de 2020, correspondem à aplicação da estrutura tarifária prevista no Regulamento de Serviço aos indicadores registados em 2019 (entre 1 de janeiro e 9 de outubro), no pressuposto de se registar um nível de execução similar em 2020.

Nesta perspetiva, os Quadros XIV, infra apresentados, sistematizam as tarifas aplicadas e o número de unidades, por componente do serviço, e respetiva aplicação por tipologia de resíduos recolhidos, com e sem IVA à taxa reduzida legal em vigor.

Quadro XIV.1 - Serviços Auxiliares, Projeção dos Proveitos para 2020 (súmula)

Serviços auxiliares	Quantidade anual (#)	Tarifa (€)	Ano 2020 (*)	
			Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)
1. Utilização de Recursos Ordinários (RO)			2.423,1106	2.568,4972
1.1. Componente Fixa (RO 2) / Unidade	4	47,9362	191,7448	203,2495
1.2. Componente Variável			2.231,3658	2.365,2477
1.2.1. Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM) / Km	272	0,9264	251,9808	267,0996
1.2.2. Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM) / Km	134	0,4632	62,0688	65,7929
1.2.3. Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional) / hora	40	16,8434	673,7360	714,1602
1.2.4. Assistente Operacional / hora	40	16,8434	673,7360	714,1602
1.2.5. Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro / Tonelada				
1.2.5.1. Utilizadores Domésticos / Tonelada	18	14,9959	269,9262	286,1218
1.2.5.2. Utilizadores Não Domésticos / Tonelada	2	29,9918	59,9836	63,5826
1.2.5.3. Grandes Produtores / Tonelada	4	59,9836	239,9344	254,3305
2. Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)			353,7114	374,9341
2.1. Componente Fixa (RHE 3)		Isento		
2.2. Componente Variável			353,7114	374,9341
2.2.1. Pedido de mão de Obra	21	16,8434	353,7114	374,9341
Total			2.776,8220	2.943,4313

Serviços Auxiliares (SA)
2020

Base de apuramento dos
proveitos = execução de 2019
de 1 de janeiro a 9 de outubro

NOTAS:

(*) Em termos de quantidades, assumiu-se que teria uma execução similar à registada no período compreendido entre janeiro e 9 de outubro de 2019.

Quadro XIV.2 - Serviços Auxiliares, Projeção dos Proveitos para 2020 (por tipologia de resíduos)

Serviços auxiliares	Tarifa (€)	Quantidade anual (#)	Ano 2020 (*)										Total
			Monos		Vários		Indiferenciados		Total				
			Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)	Quantidade anual (#)	Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)	Quantidade anual (#)	Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)	Quantidade anual (#)	Montante (€) (Sem IVA)	
1. Utilização de Recursos Ordinários (RO)			794,1303	841,7781	1,078,5363	1,143,2485	550,4440	583,4706	2,423,1106	2,568,4972			
1.1. Componente Fixa (RO 2) / Unidade	47,9362	0	0,0000	0,0000	4	191,7448	203,2495	0	0,0000	0,0000	4	191,7448	203,2495
1.2. Componente Variável			794,1303	841,7781	886,7915	939,9990	550,4440	583,4706	2,231,3658	2,365,2477			
1.2.1 Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM) / Km	0,9264	0	0,0000	0,0000	155	143,5920	152,2075	117	108,3888	114,8921	272	251,9808	267,0996
1.2.2 Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM) / Km	0,4632	114	52,8048	55,9731	20	9,2640	9,8198	0	0,0000	0,0000	134	62,0688	65,7929
1.2.3 Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional) / hora	16,8434	18	303,1812	321,3721	16	269,4944	285,6641	6	101,6604	107,1240	40	673,7360	714,1602
1.2.4 Assistente Operacional / hora	16,8434	18	303,1812	321,3721	16	269,4944	285,6641	6	101,6604	107,1240	40	673,7360	714,1602
1.2.5 Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro / Tonelada													
1.2.5.1 Utilizadores Domésticos / Tonelada	14,9959	9	134,9631	143,0609	9	134,9631	143,0609	0	0,0000	0,0000	18	269,9262	286,1218
1.2.5.2 Utilizadores Não Domésticos / Tonelada	29,9918	0	0,0000	0,0000	2	59,9836	63,5826	0	0,0000	0,0000	2	59,9836	63,5826
1.2.5.3 Grandes Produtores / Tonelada	59,9836	0	0,0000	0,0000	0	0,0000	0,0000	4	239,9344	254,3305	4	239,9344	254,3305
2. Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)			185,2774	196,3940	0,0000	0,0000	168,4340	178,5400	353,7114	374,9341			
2.1. Componente Fixa (RHE 3)	Isento												
2.2. Componente Variável			185,2774	196,3940	0,0000	0,0000	168,4340	178,5400	353,7114	374,9341			
2.2.1. Pedido de mão de Obra	16,8434	11	185,2774	196,3940	0	0,0000	0,0000	10	168,4340	178,5400	21	353,7114	374,9341
Total			979,4077	1,038,1722	1,078,5363	1,143,2485	718,8780	762,0107	2,776,8220	2,943,4313			

Fonte: Informação DHU - Divisão de Higiene Urbana (mail de 8 de outubro de 2019) e consulta da pasta de faturação emitida pelo Município de Oeiras no âmbito dos Serviços Auxiliares (último serviço carregado fatura n.º 004/892, de 10/10/2019).

Tratamento DPQC.

Notas:

Em conformidade com a alínea tt) do artigo 6.º do Regulamento de Serviço do Município de Oeiras, os Serviços Auxiliares são "...serviços prestados pelo Município, de carácter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica".

Os Serviços Auxiliares, prestados e faturados pela entidade, respeitam, no essencial, a recolha e transporte de resíduos volumosos e verdes, em qualquer dos casos, quando as quantidades a recolher ultrapassarem os 1100 litros. Encontram-se previstos respetivamente, no n.º 3 do artigo 32.º e no n.º 3 do artigo 33.º do Regulamento do Serviço do Município de Oeiras.

A manter-se o cenário projetado, a análise do Quadro XIV.2 permite aferir que cerca de 74% dos proveitos provêm da recolha seletiva (35% monos e 39% verdes) e 26% da recolha de resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, sendo de relevar que, neste último agregado, respeita a serviços prestados a Grande Produtores (a pedido destes), complementarmente às recolhas regulares (da responsabilidade do próprio) não enquadráveis nas competências do Município de Oeiras.

Os serviços Auxiliares (SA), sendo objeto de Orçamentação Prévia, apenas são objeto de faturação pelo Município de Oeiras quando os resíduos urbanos a recolher, a pedido de Utilizadores Domésticos e Não Domésticos atinjam ou ultrapassem os 1100 litros e, quando solicitados por Grandes Produtores, correspondam a situações extra contrato no âmbito dos serviços prestados pela autarquia nos termos regulamentares previstos. Simultaneamente, em face da sua inexpressividade, importa ainda salientar que os Serviços Auxiliares não foram objeto de cobrança da TGR por se desconhecer o destino final dos resíduos urbanos indiferenciados recolhidos (com destino a aterro / incineração).

Paralelamente, considera-se pertinente realçar que, desde a entrada em vigor do novo modelo tarifário, os proveitos provenientes da faturação dos Serviços Auxiliares e das tarifas RU, respetivamente, pelo Município de Oeiras e pelos SIMAS (faturação dos serviços de águas = AA – Abastecimento de Água e AR – Águas Residuais), têm sido manifestamente insuficientes para fazer face aos custos suportados com a atividade de gestão de resíduos urbanos, resultando nessa medida na necessidade de recorrer ao autofinanciamento, conforme ilustra o Gráfico X.



Fonte: Formação Tarifária submetida no Portal de ERSAR para cada exercício económico por aplicação do Regulamento Tarifário do serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, na sua redação atual).

Tratamento DPOC.

Notas

A rubrica dos Outros Proveitos, apenas aplicável na Formação Tarifária para 2019 e 2020, contempla a projeção para a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) faturada pelos SIMAS e a projeção da transferência feita pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) relativa à devolução de 5% da TGR paga pelo Município de Oeiras à Trafalix e por esta à referida entidade, nos termos legais previstos.

A rubrica relativa ao Autofinanciamento contempla, em 2019 e em 2020, além do seu normal entendimento, isto em alusão para a Formação Tarifária do período 2019 a 2016, o montante dos benefícios concedidos aos utilizadores (Domésticos e Não Domésticos) por aplicação dos Tarifários Sociais.

Da leitura da informação, relativa aos últimos seis tarifários (todos eles submetidos a Parecer da Entidade Reguladora), constata-se que os valores do autofinanciamento têm sido bastante expressivos, em particular, nos anos 2015 e 2017, os quais registaram valores acima dos 5,8 e dos 3,8 milhões de euros, respetivamente.

Para 2020, em resultado do efeito conjugado da projeção dos custos e proveitos consubstanciada, grosso o modo, por um aumento (+1.306.251,13 €) e por uma redução (-635.960,21 €), respetivamente, é expectável um aumento bastante expressivo do recurso ao autofinanciamento (+1.792.094,52 €), quando comparado com a projeção para 2019 (então com um Autofinanciamento projetado a rondar os 554 mil euros).

Atente-se que, mesmo integrando a componente de financiamento dos Tarifários Sociais (como subsídio à exploração) é expectável, no contexto do presente trabalho, que o autofinanciamento previsto para o final de 2020 ultrapasse os 2 milhões de euros, cerca de 19% do custo total previsto, em oposição aos 5% previstos aquando a correspondente Formação Tarifária em 2019. Este comportamento ficou a dever-se ao aumento substancial dos custos estimados (mais de 1 milhão de euros, face à Formação Tarifária para 2019) e à redução dos proveitos, em cerca de 6% (acima dos 635 mil euros), conforme se depreende da leitura do Quadro XV.

Quadro XV - Formação do Tarifário 2020
Atividade de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Oeiras - Componente Regulada
Análise comparativa dos Custos e Proveitos nos diferentes momentos de tratamento e sistematização da informação
(Preços Correntes)

(Unid.: Euro)

Anos	Valor Projetado (Tarifário ano n)			Valor Previsão de Fecho (Tarifário n+1)			Valor Reportado à ERSAR (Ano n)			Desvio Previsão Fecho face ao Projetado				Desvio Reporte Contas face à Previsão de Fecho			
	Custos	Proveitos	Grau Cobertura	Custos	Proveitos	Grau Cobertura	Custos	Proveitos	Grau Cobertura	Custos		Proveitos		Custos	Proveitos	Custos	Proveitos
										V.A.	%	V.A.	%				
2015	13.616.566,15	7.745.843,24	0,6	12.129.293,24	6.199.348,75	0,5	12.429.392,42	6.102.239,65	0,5	-1.487.272,91	-11%	-1.546.494,49	-20%	300.099,18	2%	-97.109	-2%
2016	11.285.851,52	9.596.420,14	0,9	12.244.896,30	7.243.888,21	0,6	12.160.358,38	8.097.590,52	0,7	959.044,78	8%	-2.352.531,93	-25%	-84.537,92	-1%	853.702	12%
2017	12.172.711,94	8.346.610,99	0,7	12.069.476,67	7.869.051,19	0,7	12.296.528,29	8.258.496,34	0,7	-103.235,27	-1%	-477.559,80	-6%	227.051,62	2%	389.445	5%
2018	11.312.321,84	10.096.885,80	0,9	11.358.269,64	8.096.243,86	0,7	11.493.700,79	7.697.899,96	0,7	45.947,79	0%	-2.000.641,94	-20%	135.431,16	1%	-398.344	-5%
2019	11.044.457,33	10.779.372,06	1,0	12.127.915,98	8.164.517,75	0,7				1.083.458,65	10%	-2.614.854,31	-24%				
2020	12.350.708,46	10.306.901,40	0,8														

Fonte: Formação de Tarifário para os anos 2015 a 2019 (elaborados por aplicação do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, da ERSAR), Reporte de Contas de 2015 a 2018 (este último, validado a 30 de setembro de 2019), Tratamento DPOC.

Notas:

No momento de elaboração de cada tarifário (ano n), para efeito de apuramento dos proveitos da atividade, é utilizada a informação projetada pelos SIMAS para o respetivo ano (n.º de utilizadores por tipo de utilizador - Tarifa de Disponibilidade e o n.º de m³ - Tarifa Variável). A este valor, correspondente à quase totalidade da agregado, são acrescidos os proveitos projetados para os Serviços Auxiliares (faturação CMO) a partir da execução dos primeiros 9 meses do ano n+1 e de novos serviços entretanto realizados até à data da Formação do Tarifário (ano n) no Portal da ERSAR.

Os valores dos proveitos apurados no âmbito da Previsão de Fecho para cada ano (Tarifário ano n+1), decorrentes da faturação dos SIMAS, são calculados a partir dos montantes mensais registados nas aplicações contabilísticas em cada ano. Na ausência de informação sobre a proveniência desses montantes em termos de utilizadores e/ou tarifas, não é possível aferir se o desvio encontrado a este nível, entre a Previsão de Fecho e o Valor Projetado, resulta de valores transitados para o ano seguinte no fim cada exercício económico ou se ficam a dever a uma maior ou menor exatidão da informação dada pelos SIMAS.

Notar-se que, também no âmbito dos Reportes de Contas, os Saldos no Início e Fim de cada exercício económicos indicados pelos SIMAS não estão desagregados por tipo de utilizador e por tipo de tarifa.

A mesma estrutura, revela para 2019, um desvio substancial entre a previsão efetuada aquando a correspondente Formação Tarifária e a Previsão de Fecho realizada no âmbito do documento análogo do ano 2020, em apreço, da ordem dos 10% ao nível da estimativa dos custos (+1.083.458,65 €) e 24% ao nível da previsão dos proveitos (-2.614.854,31 €).



Releva-se que, não obstante o reconhecimento, como subsídio à exploração, do benefício concedido através da aplicação do Tarifário Social (289.147,10 € em 2019 e 302.520,33 € em 2020), por parte da entidade reguladora, da arrecadação da restituição de 5% da TGR paga pela TratoLixo à APA, nos termos da legislação em vigor, a realidade é que os proveitos não têm sido suficientes para reduzir o desvio entre a informação prevista nos diferentes momentos do Tarifário aplicável à componente regulada do serviço de gestão de resíduos urbanos, devido, não apenas ao aumento dos custos, mas, também, aos desvios que sistematicamente se registam nos indicadores dados pelos SIMAS relativos aos utilizadores (domésticos e não domésticos) e, naturalmente, ao desconhecimento que o impacto da não aplicabilidade das Tarifas de Resíduos Urbanos aos Grandes Produtores com Certidão válida têm sobre cada apuramento feito pela referida entidade (Tarifas e TGR).

Nesta matéria, não é demais salientar que a indisponibilidade da Contabilidade de Custos na aplicação informática em produção na contabilidade desde 1 de janeiro de 2017 (Flylight), nos moldes que vinha sendo disponibilizada em anos anteriores, desde a sua implementação, em 2012, não permitiu reportar as Contas de 2017 e de 2018 e formar os tarifários para 2018, 2019 e também para 2020 nos moldes, como por exemplo, chegou a ser feito para a Formação do Tarifário de 2017 (e desde 2015) e para os Reportes de Contas de anos anteriores, em particular o relativo a 2016, cuja Tabela de Bens e Serviços, na Contabilidade de Custos, foi revista para facultar a informação económica (custo) por tipologia de resíduos urbanos por atividade regulada e não regulada (Grandes Produtores). Ainda assim, não obstante a indisponibilidade da referida ferramenta de gestão e/ou de outros critérios alternativos mais atuais, foi possível, a partir da aplicação dos coeficientes de custos indiretos e de custos comuns apurados em 2016, projetar os respetivos montantes para 2020 (metodologia igual à utilizada para os 3 Tarifários anteriores).

III. Análise:

No sentido de promover a melhoria do grau de cobertura em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços sem comprometer a acessibilidade económica, nos termos dos Pareceres da Entidade Reguladora emitidos no âmbito da Formação dos Tarifários, desde 2015, o Tarifário aplicável ao Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (modelo atual), no Município de Oeiras, apenas registou um aumento, em 2016 face a 2015, tendo-se mantido inalteráveis as tarifas nos anos que se seguiram (incluindo o ora proposto), conforme espelha o Quadro XVI que se apresenta.

Quadro XVI - Análise Comparativa das Tarifas RU faturadas pelos SIMAS por aplicação do tarifário de 2015 e de 2020 = ao quadriénio 2016 e 2019

Preços Correntes

Utilizadores	2015		2016 = 2017 = 2018 = 2019 = 2020		Variação V.A. 2016=2017=2018=2019=2020/2015	
	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável
Doméstico						
Normal	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	0,0182 €	0,0674 €
Social		0,2844 €		0,3518 €	0,0000 €	0,0674 €
Não Doméstico						
Normal	0,1936 €	0,5694 €	0,3255 €	0,9923 €	0,1319 €	0,4229 €
Social	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	0,0182 €	0,0674 €

Nota:

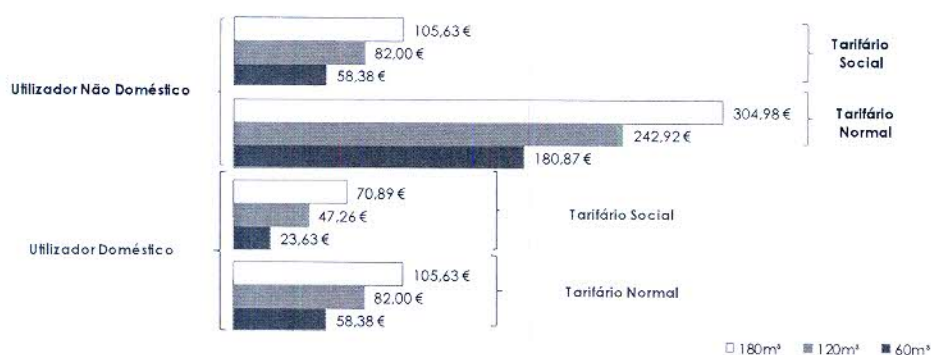
A Tarifa de Disponibilidade (ou Fixa) é aplicável diariamente por utilizador e a Tarifa Variável é aplicável por m3 de água consumida.

O Tarifário Familiar deixou de ser aplicável no Município pois este não utiliza o Sistema PAYT (Pay As You Throw) como base de cálculo da Tarifa Variável.

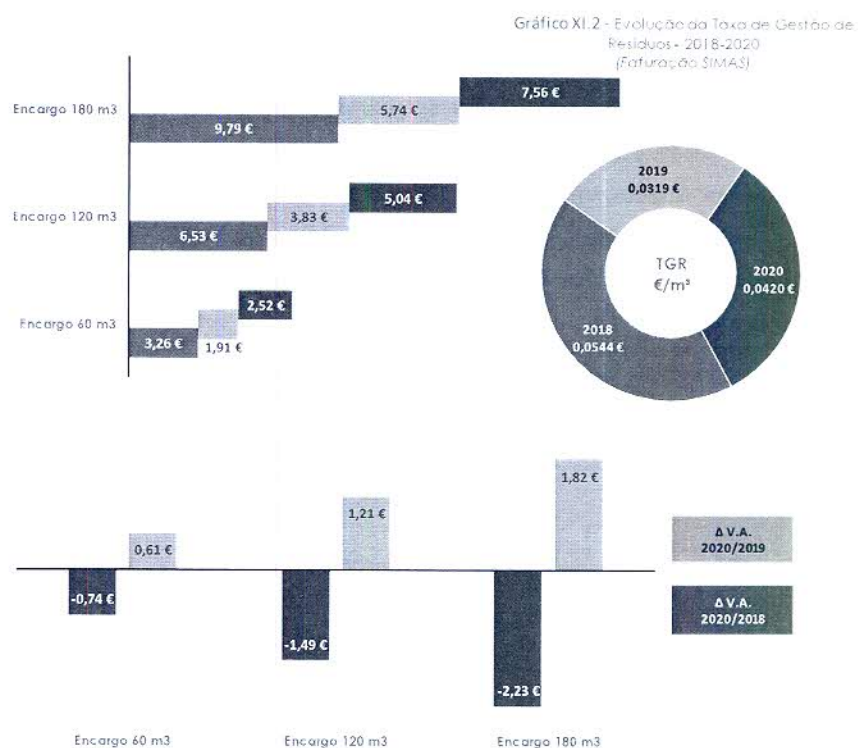
Complementarmente, por analogia ao ficheiro da ERSAR utilizado para efeito de Formação do Tarifário, no Portal, apresentam-se de seguida, as estruturas que permitem, respetivamente:

- **Gráfico XI.1** - Aferir o custo anual suportado em matéria de Resíduos Urbanos por escalão de consumo de água (60 m³, 120 m³ e 180 m³) e por tipo de utilizador final (Doméstico e Não Doméstico);

Gráfico XI.1 - Custo Total Anual Suportado Resíduos Urbanos por Intervalo de consumo
(incluindo aplicação da TGR proposta para 2020)



- **Gráfico XI.2** - Ilustrar a evolução da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), aplicada na faturação dos serviços de águas, em linha própria, dando cumprimento à recomendação ERSAR, sobre essa matéria, no âmbito do Parecer emitido para a Formação Tarifária de 2018 e, bem assim, do respetivo impacto no orçamento dos diferentes utilizadores (TGR aplicável a todos de igual forma).



Fonte: Formação Tarifária submetida para cada ano no Portal da ERSAR.



- **Quadro XVII** – Evidencia, por escalão de consumo, a faturação dos serviços de águas (pelos SIMAS) no que respeita à repercussão dos custos suportados pelo Município de Oeiras com a remoção dos resíduos urbanos na via pública e com a correspondente Taxa de Gestão de Resíduos. *Note-se que, nos termos do Ofício Circulado N.º 30177/2015, de 10 de dezembro, da Autoridade Tributária, a faturação das Tarifas aplicáveis ao serviço de gestão de Resíduos Urbanos (remoção de resíduos da via pública) está isenta de IVA e, bem assim, por analogia, a TGR.*

Quadro XVII - Encargos Anuais por aplicação do Tarifário 2020
(Igual ao praticado entre 2016 e 2019)
Preços Correntes

Utilizadores	60 m³ (5 m³ mensais)				120 m³ (10 m³ mensais)				180 m³ (15 m³ mensais)			
	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	TGR	Total	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	TGR	Total	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	TGR	Total
Doméstico												
Normal	34,75 €	21,11 €	2,52 €	58,38 €	34,75 €	42,22 €	5,04 €	82,00 €	34,75 €	63,32 €	7,56 €	105,63 €
Social	NA	21,11 €	2,52 €	23,63 €	NA	42,22 €	5,04 €	47,26 €	NA	63,32 €	7,56 €	70,89 €
Não Doméstico												
Normal	118,81 €	59,54 €	2,52 €	180,87 €	118,81 €	119,08 €	5,04 €	242,92 €	118,81 €	178,61 €	7,56 €	304,98 €
Social	34,75 €	21,11 €	2,52 €	58,38 €	34,75 €	42,22 €	5,04 €	82,00 €	34,75 €	63,32 €	7,56 €	105,63 €

Notas:

NA - Não Aplicável | TGR Taxa de Gestão de Resíduos

O valor da TGR considerado no presente exercício corresponde ao valor proposto para 2020 (0,0420 € / m³)

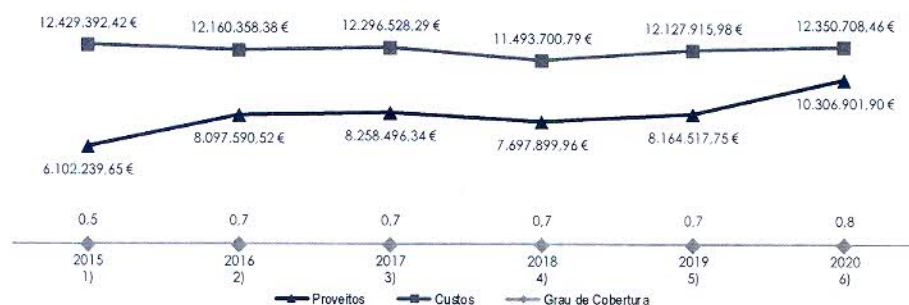
O Gráfico XI.1 ilustra também os valores suportados por cada agregado de utilizadores consoante se trate de beneficiários do Tarifário Social ou do Tarifário Normal e evidencia o cumprimento dos requisitos regulamentares subjacentes à aplicação dos Tarifários Sociais. Atente-se que, no caso dos utilizadores domésticos, o Tarifário Social consiste na isenção da tarifa de Disponibilidade, pelo que os valores indicados apenas respeitam à Tarifa Variável acrescida da TGR.

Embora insuficiente para fazer face aos custos suportados pelo Município no âmbito da atividade em apreço, o aumento das tarifas registado em 2016, face a 2015, teve em vista o cumprimento do então estabelecido no artigo 93.º do regulamento tarifário sobre a necessidade de as entidades gestoras deverem definir uma trajetória de convergência tarifária e, bem assim, no total respeito pelo disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os quais estipulam, respetivamente que:

- N.º 1 – “Os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.”.
- N.º 2 – “Para efeitos do disposto no número anterior, os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com as normas do regulamento tarifário em vigor.”.

Neste sentido, o Gráfico XII ilustra, por seu turno, as variações registadas por aplicação das tarifas definidas para o período compreendido entre 2015 a 2020, sendo perceptível a melhoria do grau de cobertura entre 2015 e 2016, que se manteve nos 3 anos que lhe seguiram (2019 a título de estimativa), de 0,5 para 0,7.

Gráfico XII - Evolução dos indicadores da Atividade de gestão RU entre 2015 e 2020,
Preços Correntes



Notas:

1) Fonte: Reporte de Contas de 2015, validado pela Entidade Reguladora a 10 de agosto de 2016, em resultado da aplicação do primeiro tarifário realizado ao abrigo da Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril da ERSAR, Formação do Tarifário 2015 (Custos = 13.616.566,15 € / Proveitos = 7.745.843,24 € / Grau de Cobertura = 0,6).

2) Fonte: Reporte de Contas de 2016, validado pela Entidade Reguladora a 6 de julho de 2017, Formação do Tarifário 2016 (Custos = 11.285.851,52 € / Proveitos = 9.596.420,14 € / Grau de Cobertura = 0,9).

3) Fonte: Reporte de Contas de 2017, validado pela Entidade Reguladora a 23 de agosto de 2018, em resultado da aplicação da Formação do Tarifário 2017 (Custos = 12.172.711,94 € / Proveitos = 8.346.610,99 € / Grau de Cobertura = 0,7).

4) Fonte: Reporte de Contas 2018, validado pela ERSAR a 30 de setembro de 2019, Formação do Tarifário 2018 (Custos = 11.312.321,84 € / Proveitos = 10.096.885,80 € / Grau de Cobertura = 0,9).

5) Fonte: Formação de Tarifário 2020 = Previsão de Fecho de Exercício 2019, Formação do Tarifário 2019 (Custos = 11.044.457,33 € / Proveitos = 10.779.372,06 € / Grau de Cobertura = 1,0).

* Proveitos = Execução dos primeiros 8 meses de 2019 e estimativa dos restantes 4 (Tarifas RU SIMAS), efetuada a partir da média do período homólogo de 2018, acrescido dos Serviços Auxiliares;


* Custos = Média Aritmética simples dos Reportes de Contas de 2017 e 2018 (exceto fornecimentos em alta e amortizações). Metodologia possível na ausência da Contabilidade de Custos no Município de Oeiras desde 1 de janeiro de 2017.

6) Fonte: Formação de Tarifário 2020 = Previsão de 2020 (Custos = Média Aritmética Simples dos Reportes de Contas de 2017 e 2018, exceto fornecimentos em alta e amortizações). Tarifário 2020 = Tarifário 2019 (igual a 2016 a 2018).

Acresce referir que, não obstante a Formação Tarifária em apreço registar um desfasamento, em valor absoluto, entre custos e proveitos, ainda expressivo, acima dos 2 milhões de euros, regista melhores indicadores que os apurados nos anos anteriores em matéria de proveitos e grau de cobertura.

A análise do Gráfico XII permite, ainda, constatar:

- Uma quebra progressiva dos custos, com maior expressão no Reporte de Contas de 2018, comparativamente ao Reporte de Contas de 2017 (-802.827,50 €), devido, no essencial, à redução em cerca de 20% dos montantes dos fornecimentos em alta (-806.428,36 €), sendo de referir que, em oposição a este comportamento, perspetiva-se para 2019 e 2020 um aumento dos custos em ambos os exercícios económicos, da ordem dos 6% (+634.215,19 €) e 2% (+222.792,48 €), face a 2018 e 2019, respetivamente.
- Um comportamento diferenciado dos proveitos no período, sendo de realçar, grosso modo:

- 
- ✓ Que o crescimento positivo dos proveitos, em mais de 1,9 milhões de euros, executados em 2016 relativamente a 2015, resulta do aumento das tarifas já atrás referido (único ocorrido por aplicação do atual modelo tarifário).
 - ✓ Que a redução registada em 2018, em sede do Reporte de Contas, comparativamente com o ano precedente (acima dos 560 mil euros), resulta, no essencial, do impacto negativo expectável do recenseamento dos Grandes Produtores que, dando cumprimento ao previsto no Regulamento de Serviço, deixaram de pagar as Tarifas aplicáveis aos Resíduos Urbanos (Disponibilidade e Variável) na faturação emitida pelos SIMAS. Note-se que, nos termos do mesmo documento e da legislação em vigor, este agregado de utilizadores (com produção média diária de resíduos igual ou superior aos 1100 litros) é responsável pelo encaminhamento, deposição e tratamento dos resíduos urbanos por si produzidos, suportando, naturalmente, os respetivos custos.
 - ✓ Que o incremento dos proveitos expectáveis em 2020, comparativamente à Previsão de Fecho de 2019 em cerca de 26% (+ de 2 milhões de euros), fica a dever-se, em particular, à aplicação dos indicadores previstos pelos SIMAS para 2020 às Tarifas propostas no âmbito do presente documento. Releva-se que, não obstante o ajustamento negativo à informação dos SIMAS respeitante à projeção do n.º de Grandes Produtores e do n.º de m³ de água consumida, utilizada para efeito da Tarifa de Disponibilidade e Tarifa Variável, respetivamente, com impacto, essencialmente, ao nível dos Utilizadores Não Domésticos, os indicadores refletem um aumento generalizado repercutindo-se, naturalmente, no aumento dos proveitos, com especial destaque para 2020, cuja previsão não contempla, ainda assim, com o rigor que seria desejável, a quebra em consequência da não aplicabilidade das tarifas à totalidade dos utilizadores cadastrados como grandes produtores.
 - ✓ Que, a avaliar pela variação dos proveitos nos diferentes momentos da Formação Tarifária de cada ano, patente no Quadro XV, perspetiva-se que a melhoria dos proveitos expectável para 2020 não se virá a verificar nos termos ora estimados.
 - Uma melhoria do grau de cobertura dos custos incorridos com a atividade em apreço, em particular o expectável em 2020 face a 2019, em resultado do comportamento esperado para os dois agregados cujo efeito conjugado para ele contribui (pontos imediatamente supra).

Paralelamente ao exposto no presente ponto, considera-se ainda oportuno fazer uma breve resenha da estrutura de Custos, presente que se deve ter que os proveitos da atividade em apreço se encontram tratados, maioritariamente, no agregado relativo à Prestação de Serviços, parte integrante da Demonstração de Resultados da atividade.

Nessa medida, de entre indicadores objeto de Parecer pela Entidade Reguladora, merecem especial enfoque os Custos de Exploração, cuja estimativa em sede da Formação de Tarifário para 2020, apontando para o montante de 11.321.785,06 €, apresenta um ligeiro aumento, cerca de 21 mil euros, face à estimativa de fecho de 2019 (11.300.149,49 €). A sua associação ao n.º de toneladas previstas para o ano do tarifário, estas últimas com correspondência ao indicador da Qualidade do serviço²⁴, permite apurar o custo de exploração por tonelada.

²⁴ dRU34ab – resíduos urbanos recolhidos pela entidade gestora (t/ano)

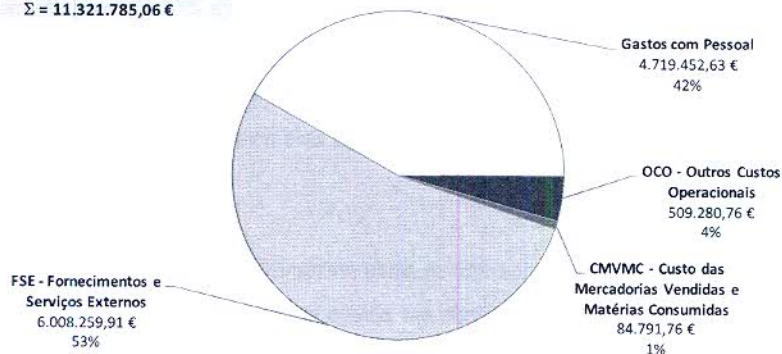
De referir que o cálculo deste agregado integra os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os Gastos com o Pessoal e Outros Gastos Operacionais (conforme Quadro XVIII que se apresenta), tendo-se considerado atinente efetuar a análise comparativa com a informação prevista, à data da submissão da Formação Tarifária em apreço, para 2020 e relativa a 2019 (Previsão de Fecho).

Quadro XVIII - Custos de Exploração - Formação Tarifária 2020

Custos	2019	2020	Var. V.A. 2020/2019	Var. %
CMVMC - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	80.968,29 €	84.791,76 €	3.823,47 €	5%
FSE - Fornecimentos e Serviços Externos	6.022.452,40 €	6.008.259,91 €	-14.192,49 €	0%
Gastos com Pessoal	4.750.238,60 €	4.719.452,63 €	-30.785,97 €	-1%
OCO - Outros Custos Operacionais	446.490,20 €	509.280,76 €	62.790,55 €	14%
Total	11.300.149,49 €	11.321.785,06 €	21.635,56 €	0%
N.º Toneladas	76.639	78.322	1.683	2%
Custo Unitário de Exploração	147,45 €	144,55 €	-2,89 €	-2%
Peso Relativo dos Custos de Exploração face ao Custo Total	93%	92%		

Tarifário 2020
Custos de Exploração previstos
 $\Sigma = 11.321.785,06 \text{ €}$

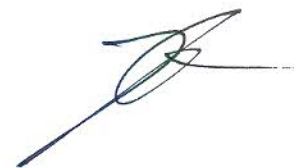
Gráfico XIII



Fonte: Formação do Tarifário 2020 submetido no Portal da ERSAR a 14 de outubro de 2019.
Tratamento DPOC.

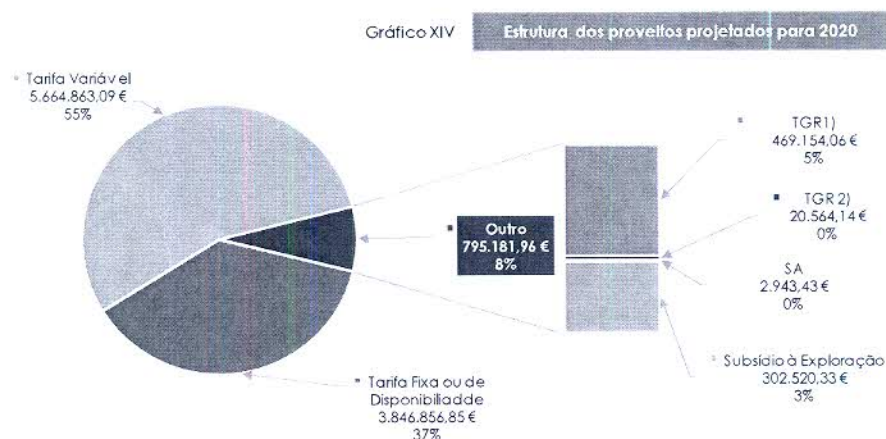
Uma análise mais fina da informação permite, por seu turno, aferir:

- Que os fornecimentos em alta estimados para 2020 (deduzidos da TGR), no valor de 3.241.862,67 €, são responsáveis por cerca de 54% dos FSE e apresentam uma variação negativa de 376.638,28 € quando comparados com o montante da Previsão de Fecho de 2019 (3.618.500,96 €);



- Que o rácio entre os Custos de Exploração e a previsão de recolha de resíduos para 2019 (76.639 toneladas) e 2020 (78.322 toneladas) resulta num Custo Unitário de Exploração previsto da ordem dos 147,45 € e 144,55 €, respetivamente.

Concomitantemente à análise dos Custos de Exploração o Gráfico XIV evidencia a estrutura dos proveitos projetados para 2020, a qual evidencia algumas alterações relativamente às então previstas no âmbito de tarifários anteriores.



Fonte: Formação Tarifária para 2020, submetida a 14 de outubro de 2019.

Notas:

TGR 1) = Taxa de Gestão de Resíduos, repercussão dos respetivos custos suportados pelo Município de Oeiras na faturação dos serviços de água (SIMAS).

TGR 2) = Taxa de Gestão de Resíduos, restituição, pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), de 5% do valor pago pela entidade em alta (Tratolixo), nos termos da legislação em vigor.

SA = Serviços Auxiliares

Subsídio à Exploração = Financiamento pelo Município de Oeiras dos Tarifários Sociais.

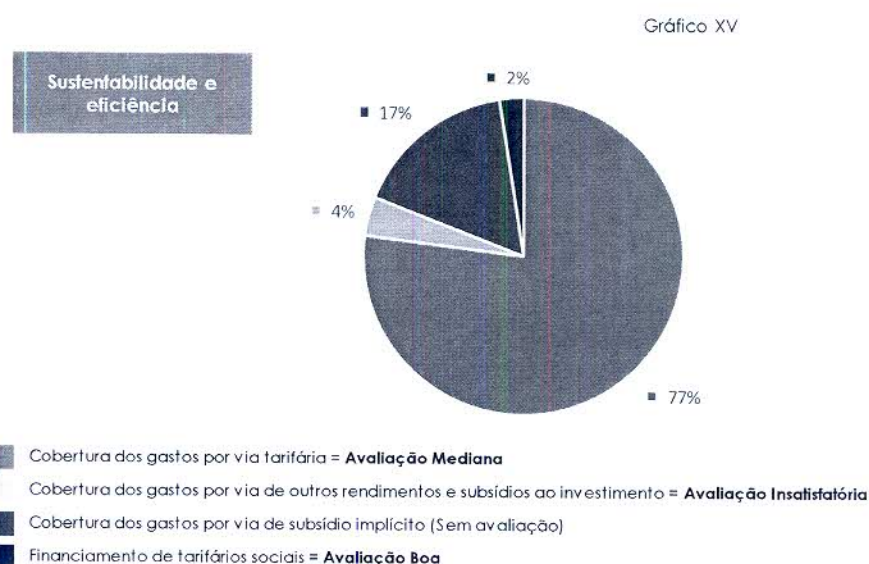
Atente-se que, relativamente a anteriores tarifários, são de destacar, grosso o modo, os montantes relativos:

- À TGR repercutida na faturação dos serviços de água, os quais passaram a ser objeto de cobrança e refletidos em linha própria em 2018, dando cumprimento à recomendação da ERSAR (Parecer emitido no âmbito da Formação do Tarifário para 2018);
- À componente relativa ao Subsídio à Exploração com correspondência ao financiamento dos Tarifários Sociais a aplicar aos utilizadores finais que reúnam as condições regulamentares previstas.

Finalmente, **considera-se oportuno apresentar parte do conteúdo do Parecer emitido pela ERSAR**, respetivamente:

1. Em termos da Avaliação efetuada (ponto 1 do parecer), respetivamente:
 - a. **Sustentabilidade e eficiência:**
 - i. **Cobertura dos Gastos = 83% - Avaliação Insatisfatória;**

ii. **Cobertura total dos gastos (por fonte de proveito)**



- iii. **Custos Unitários de Exploração** (144,55 € / tonelada) – **Avaliação insatisfatória**, apesar de refletir uma ligeira melhoria do indicador, traduzida numa variação negativa face ao indicador homólogo de 2019 apurado no âmbito da previsão de fecho de exercício (147,45 €);

b. **Necessidades de Investimento:**

- i. **Investimento previsto realizar em 2020** = 1.431.000 €
- ii. **Em % do Imobilizado Bruto 2018** = 9,56%
- iii. **Novos investimentos** (em % do investimento previsto) = 10%
- iv. **Investimentos de substituição / reabilitação** (em % do investimento previsto) = 90%

c. **Indicadores AQS (Avaliação da Qualidade do Serviço) 2018:**

- i. **Acessibilidade do Serviço - RU01b (%) / Avaliação Boa** = 99%
- ii. **Renovação do parque de viaturas – RU011b (Kms/viatura) / Avaliação mediana** = 261.775

d. **Encargos Tarifários:**

- i. **Encargos anuais consumo 10 m³**, cuja base da avaliação é a aplicação do Tarifário Normal a Utilizadores Domésticos, sem TGR (igual ao Tarifário Social aplicável aos Utilizadores Não Domésticos) = **76,96 €** (igual a 2019, por utilização de 365 dias no cálculo da Tarifa de Disponibilidade).
- ii. **Acessibilidade económica** = 0,15% – **Avaliação boa**.

- e. **Conformidade da estrutura tarifária** – Avaliação boa, coincidente com a definida no Regulamento Tarifário do serviço de Gestão de RU, a saber, respetivamente;

- i. **Utilizadores Domésticos:**



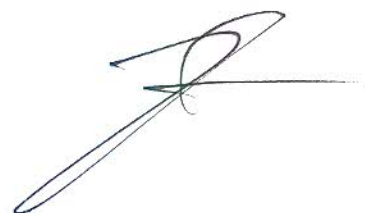
1. Tarifa Disponibilidade = **Avaliação Boa**
2. Tarifa Variável = **Avaliação Boa**
- ii. **Utilizadores Não Domésticos:**
 1. Tarifa Disponibilidade = **Avaliação Boa**
 2. Tarifa Variável = **Avaliação Boa**
- iii. **Serviços Auxiliares = Avaliação Boa**
- f. **Conformidade – Outros aspetos:**
 - i. **Repercussão de taxas ambientais (TRH – AA e AR; TGR – RU) = Avaliação boa**
 - ii. **Financiamento do Tarifário Social = Avaliação boa.**
2. A título de conclusão e recomendação releva o seguinte:
 - a. *“A CM de Oeiras propõe manter em 2020 o tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos que se encontra atualmente em vigor no Município. O tarifário proposto conduz a uma cobertura dos gastos insuficiente. A entidade gestora deve promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade do serviço, sem comprometer a acessibilidade económica;”*
 - b. *“A melhoria da cobertura dos gastos deverá, prioritariamente, ser obtida através da redução dos níveis de ineficiência no âmbito do serviço regulado, espelhados no elevado custo unitário de exploração, pelo que a CM de Oeiras deve tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes das referidas ineficiências;”*
 - c. *“Subsidiariamente, tendo em conta o nível de acessibilidade económica, a melhoria da cobertura de gastos poderá ser obtida através do aumento das tarifas, desde que seja salvaguardada a acessibilidade económica dos utilizadores;”*
 - d. *“Em matéria de investimentos, importa destacar que a entidade gestora deve considerar no plano de investimentos as necessidades de investimento reveladas pelos resultados obtidos na avaliação qualidade de serviço, nomeadamente no que respeita à renovação do parque de viaturas. Por conseguinte, considerando o plano apresentado, no qual estão previstos cerca de 150 mil euros em novos investimentos e cerca de 1,3 milhões de euros em investimentos de substituição, designadamente em viaturas de recolha, admite-se que aquele indicador beneficiará de uma melhoria significativa.”*
 - e. *“Sem prejuízo do acima referido, importa observar que na formação de tarifários do ano 2019 foi previsto um investimento global de cerca 1,3 milhões de euros em novos investimentos, que, de acordo com a informação reportada na formação de tarifários 2020, obteve uma taxa de execução de apenas 5%, pelo que se afigura muito otimista o plano de investimentos apresentado para o ano de 2020.”*
 - f. *“Não obstante o tarifário cumprir a estrutura definida no Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR), recomenda-se que no edital que publicita o tarifário ERSAR indicado o âmbito de aplicação das tarifas inscritas como referentes a serviços auxiliares, em termos de tipo de recolha e quantidade dos resíduos recolhidos. As recolhas de resíduos superiores a 1.100 litros/dia, ainda que pontuais, não devem ser classificadas*

como serviços auxiliares, pelo que se recomenda à entidade gestora a alteração desta classificação para a atividade do serviço não regulada numa futura revisão do regulamento de serviço."

IV. Proposta:

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. Aprove, por aplicação da legislação em vigor, nomeadamente a atrás referida, a proposta de Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos a que se refere a presente informação, a qual se consubstancia na manutenção das Tarifas vigentes, em 2019, na faturação dos serviços de águas (Tarifa de Disponibilidade ou Fixa e Tarifa Variável) da responsabilidade dos SIMAS e das tarifas aplicadas pelo Município de Oeiras aos Serviços Auxiliares por ele prestados e faturados.
O referido tarifário foi submetido à ERSAR, a 14 de outubro de 2019, e objeto de Parecer, conforme comunicação desta entidade que junto se anexa (sua Referência: O-008705/2019, de 28 de novembro de 2019);
2. Aprove a estrutura tarifária submetida no âmbito da Formação do Tarifário para 2020, nos moldes ora propostos, consubstanciada na manutenção do tarifário em vigor em 2019;
3. Aprove, em acréscimo às Tarifas aplicáveis à atividade de gestão de resíduos urbanos, cobradas pelos SIMAS, no âmbito da faturação dos serviços de água, e pelo Município de Oeiras, no âmbito dos Serviços Auxiliares (quando aplicável), a TGR no valor de 0,0420 €/m³ e 11,0 €/tonelada de resíduos urbanos indiferenciados recolhidos, respetivamente, dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, publicada na 2.ª Série do Diário da República, de 15 de abril de 2014, que aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos, na sua redação atual, e demais legislação em vigor;
4. Após tal aprovação, se proceda à publicitação da estrutura do "Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos" para o Município de Oeiras, para o ano 2020, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e demais legislação, nomeadamente, através de Edital.



Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2020
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2020		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Conforme disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 62.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa de disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Conforme Formação de Tarifário para 2020 objeto de Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 28 de novembro de 2019 sua referência: O-008705/2019)			

Nota:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.ª Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar em 2020 é de 0,0420 €. A TGR é, no âmbito da faturação da água isenta de IVA, por analogia às Tarifas aplicáveis ao referido serviço.

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2020

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores sem IVA 1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO) - Isenção do pagamento** sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 a aplicação da TGR (€/tonelada) prevista para 2020 no n.º 2 do artigo 58.º na redação dada pela Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, ou seja, 11,0 €/ tonelada de resíduos indiferenciados recolhida e entregue para Destino Final à Entidade Gestora em Alta (Tratolixo). A TGR deve ser acrescida de IVA à taxa reduzida em vigor (6%).

Em conformidade com a alínea tt) do artigo 6.º do referido Regulamento os Serviços Auxiliares são "(...)serviços prestados pelo Município, de carácter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica;"

Os Serviços Auxiliares, prestados e faturados pela entidade, respeitam, no essencial, à recolha e transporte de resíduos volumosos e verdes, em qualquer dos casos, quando as quantidades a recolher ultrapassem os 1100 litros. Encontram-se previstos respetivamente, no n.º 3 do artigo 32.º e no n.º 3 do artigo 33.º do Regulamento de Serviço.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'F' followed by a horizontal line and a small loop.

V. Anexo:

Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 28 de novembro de 2019, sua referência: O-008705/2019, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2020 do Município de Oeiras.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior de Economia
Fernanda Ribeiro

Oeiras, 3 de dezembro de 2019

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

ANEXO 2

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Largo Marquês de Pombal



2784-501 OEIRAS

vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

O-008705/2019

2019-11-28

assunto
subject

Parecer sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2020 - CM de Oeiras

Ex.^{mo} Senhor,



Junto se envia o parecer desta Entidade sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2020.

Em cumprimento do nº 8 do artigo 28º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios (Regulamento nº 446/2018, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 140, de 23 de julho 2018), o parecer será objeto de publicação no sítio da internet desta entidade reguladora.

Assim, solicita-se à entidade gestora que, caso considere existirem informações confidenciais no referido parecer, informe a ERSAR dessa situação nos termos previstos pelo nº 4 do artigo 51º do referido regulamento.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente



(Orlando Borges)

Anexo: I-001831/2019



Parecer sobre a formação de tarifários 2020	
Informação	I-001831/2019
Entidade gestora	Câmara Municipal de Oeiras
Serviços	Gestão de resíduos urbanos
Data da deliberação do	
Conselho de Administração	2019-11-28

A Câmara Municipal de Oeiras (adiante designada por CM de Oeiras) submeteu no módulo de regulação económica do Portal da ERSAR informação relativa à proposta de tarifário para 2020, nos termos solicitados no ofício ERSAR com a referência O-005684/2019, de 18 de julho.

Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são, designadamente, atribuições desta Entidade regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. No mesmo sentido, o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento de águas residuais e resíduos estão sujeitas ao parecer desta Entidade Reguladora no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

O Regulamento de Procedimentos Regulatórios (Regulamento n.º 446/2018) define os prazos e as ações que as entidades gestoras e as entidades titulares deverão realizar para procederem à revisão anual dos tarifários.

Na sequência da análise dos elementos remetidos e da informação existente na ERSAR, apresenta-se a avaliação da proposta remetida e respetivas conclusões e recomendações.

